Caderno Publicações Digitais
Diário do Acionista, 05 de abril de 2024.

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112 Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112 Dados: 2024.04.05 06:50:37 -03'00'

EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS - EMGEPRON

CNPJ nº 27.816.487/0001-31

__Assessoria de Governança Conformidade e Integridade Corporativa - Relatório de Administração 2023 - Mensagem da Administração:__ Encerrado mais um ano, é chegado o momento em que refletimos sobre nossas realizações, os sucessos, os planos traçados, as possibilidades de melhorias e nos remetemos ao planejamento do ano que breve se iniciará. Nesse exercício de reflexão não abordamos somente semanas e meses que compõem o ano, mas tudo aquilo que nele ocorreu, incluindo a colaboração de todos aqueles que estão empenhados no sucesso de uma ideia, de um objetivo, de um negócio, sobretudo os colaboradores que emprestaram seu esforço, sua dedicação e esmero na consecução de suas tarefas em prol do sucesso da Empresa, assim como todos os *stakeholders* que, de alguma forma, contribuíram para o resultado e as conquistas da EMGEPRON no ano de 2023. Nesse contexto, 2023 revelou-se um período de grandes e intensos desafios para o ambiente de negócios no cenário nacional e internacional. Na esfera doméstica, houve a preocupação de estudar, entender e aplicar, da melhor forma, as ações a serem tomadas, em função das propostas apresentadas pelo novo governo, com o objetivo de gerar os melhores resultados para a Empresa. No âmbito internacional, a eclosão dos conflitos na Europa e no Oriente Médio criam dificuldades para a atuação corporativa, cujo ambiente é, naturalmente, desafiador e exige medidas gerenciais inovadoras para contornar os desafios que se impõem à atividade empresarial, imputando dificuldades para a gestão, exigindo da Diretoria, orientada pelo Conselho de Administração, com o concurso dos colaboradores, esforço e resiliência para superar as dificuldades e encontrar novas oportunidades de negócios. Em decorrência dessa conjuntura, a revisão do Planejamento Estratégico da EMGEPRON, iniciado em 2022, considerando uma visão de expansão e internacionalização, refletindo o esforço para adaptar-se e adequar-se às mudanças no cenário mundial, foi finalizada. Somando a isso, o processo de reestruturação empresarial, com vistas a torná-la mais eficiente e moderna, capaz de maximizar seus resultados, com responsabilidade socioambiental, está previsto para iniciar no primeiro semestre de 2024. Tal cenário conturbado, somado às características peculiares do setor de defesa, suscetível a constantes variabilidades em seu ambiente de negócios, incita à busca de formas inovadoras para superar as dificuldades e aproveitar as potenciais oportunidades vislumbradas. Isto posto, ao nos remetermos às realizações ocorridas em 2023, podemos discorrer sobre a execução do Programa Fragatas Classe Tamandaré (PFCT). Em 24 de março de 2023 foi celebrado importante marco do programa, o batimento da quilha da Fragata "Tamandaré" – F200, primeira de quatro navios da Classe, em cerimônia ocorrida nas instalações do tk Estaleiro Brasil Sul (tkEBS) e que contou com a presença de autoridades dos setores de Defesa e da Indústria Naval. Seu lançamento, outro importante marco do programa, que consiste na transferência do navio da terra firme para a água, está previsto para ocorrer agosto de 2024. Em 1º de novembro de 2023, mais um marco foi alcançado com o início do processamento do aço do segundo navio da classe, a Fragata "Jerônimo de Albuquerque" - F201. A Fragata "Jerônimo de Albuquerque" está prevista para ser entregue em janeiro de 2027, ao passo que os outros dois navios previstos no contrato, a Fragata "Cunha Moreira" - F202 e a Fragata "Mariz e Barros" - F203, têm previsão de entrega para fevereiro de 2028 e fevereiro de 2029, respectivamente. O Programa de Compensação (*Offset*) do PFCT contempla também ações concretas de transferência de tecnologia, que envolve a empresa brasileira Atech, para o desenvolvimento de sistemas digitais integrados para os Sistemas de Gerenciamento de Combate (CMS) e Gerenciamento da Plataforma (IPMS) das fragatas, marcos da retomada do país na caminhada em rumo da autonomia tecnológica em projetos navais complexos. Ambos os sistemas são fundamentais para a operação e valor militar do navio, na medida em que representam a inteligência da embarcação e trazem consigo elevado nível de conteúdo tecnológico que está sendo transferido para a empresa brasileira e a Marinha do Brasil (MB). Outro projeto estratégico que merece destaque é o Projeto do Navio Polar "Almirante Saldanha" – H22 (NPo "Almirante Saldanha"). Em 2023, foram cumpridos dois marcos importantes. Em 9 de maio, foi realizada a cerimônia de corte da primeira chapa no navio no Estaleiro Jurong Aracruz (EJA), em Aracruz no Espírito Santo. No mesmo dia, foi realizada a 2ª Reunião do Conselho de Acompanhamento Estratégico do projeto. Em 17 de outubro de 2023, foi realizado o batimento de quilha do navio, tradicional e importante evento já anteriormente aludido. O sub-bloco escolhido para o batimento de quilha foi o que corresponde à praça de máquinas de vante, onde serão instalados futuramente três grupos motor-gerador e as plantas de ar condicionado, além de outros equipamentos auxiliares. O NPo "Almirante Saldanha", cujo Contrato para Obtenção foi assinado junto à Sociedade de Propósito Específico "POLAR-1", em 27 de maio de 2022, tem a previsão de ser entregue à MB no segundo semestre de 2025. O navio será utilizado na execução de atividades de apoio à pesquisa e de apoio logístico à Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), dentro do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR). Ademais, pode-se ainda destacar o Projeto do Navio Patrulha de 500 toneladas (NPa-500), o qual vem sendo discutido e desenvolvido com a MB, com potencial de exportação, a partir da construção por estaleiro nacional, indo ao encontro da visão de expansão e internacionalização da Empresa. O projeto básico do navio foi concluído com toda a documentação técnica atinente à estrutura, automação, controle, estabilidade, elétrica, arquitetura, propulsão e comportamento no mar avaliada e certificada por uma Sociedade Classificadora membra da *International Association Classification Society* (IACS), a RINA (*Registro Italiano Navale*). Vale ressaltar que o novo Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal prevê a construção de 11 navios-patrulha para a MB no âmbito do Programa de Obtenção de Navios-Patrulha (PRONAPA). O NPa-500 pode ser empregado nas mais variadas missões, com destaque para operações de defesa das plataformas de exploração e explotação de petróleo e gás no mar, patrulha naval, apoio às atividades de salvaguarda da vida humana no mar e apoio às ações de Defesa Civil, apresentando grande potencial para exportação. Em 2023, a exemplo de 2022, a EMGEPRON vem robustecendo sua atuação como um importante *player* na Economia do Mar, relevante eixo de negócios da Empresa. Além de ser uma das empresas fundadoras do Cluster Tecnológico Naval do Rio de Janeiro (CTN-RJ), que já conta com cerca de 90 empresas associadas, e manter ativa interlocução com a Câmara Legislativa e com o Governo do Estado do Rio de Janeiro em prol do desenvolvimento do setor, também contribuiu para a criação do Cluster Tecnológico Naval do Rio Grande do Norte (CTN-RN), sendo, assim como no Rio de Janeiro, uma de suas empresas fundadoras. A iniciativa de criação do CTN-RJ tem se configurado como referência para outras unidades da federação, indo além do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Norte, motivando outros estados de diversas regiões do país a se lançarem na mesma empreitada, alavancando o desenvolvimento da Economia do Mar, cujo ambiente de negócios é inerente à área de atuação da Empresa, contribuindo, desta forma, para a prospecção de novos mercados e para a maximização dos resultados da EMGEPRON. Seguimos firmes com o propósito de fortalecer a Economia do Mar e angariar novas oportunidades comerciais, com o objetivo de expandir a atuação da Empresa, melhorar seu resultado e aumentar sua rentabilidade. Nesse sentido, além das iniciativas junto aos Clusters mencionadas, a EMGEPRON segue firmando parcerias por meio de acordos de cooperação com diversas empresas e instituições nacionais e internacionais, asseverando o esforço para a ampliação da capilaridade da Empresa e para o seu reconhecimento como um importante ator na indústria de defesa do país. Adicionalmente, dentre outros acordos e memorandos celebrados em 2023, pode-se ressaltar o Memorando de Entendimento com a empresa *Tidewise*, no âmbito do CTN-RJ, relativo ao projeto do Veículo de Superfície não Tripulado (VSNT) multipropósito, com capacidade para realizar vigilância e controle do tráfego marítimo, varredura de área marítima, medidas de contra minagem, levantamento batimétrico, controle na área *Off-Shore* e Busca e Salvamento/*Search and Rescue* (SAR) e monitoramento ambiental. O VSNT *Suppressor* participou, em outubro de 2023, da Operação MINEX-2023, primeira operação da MB com embarcações não-tripuladas. A operação foi conduzida pelo Comando do 2º Distrito Naval, sediado em Salvador - BA, quando ocorreu o lançamento real de minas navais de exercício em área de treinamento da Marinha. O *Suppressor*, desenvolvido pela EMGEPRON, em parceria com a empresa *Tidewise*, atuou na busca e localização de minas navais de exercício, lançadas por navio da MB, simulando um campo minado, obtendo sucesso digno de nota, identificando todos os artefatos. Nesse mesmo diapasão, a Empresa colaborou ativamente com os estudos e trabalhos desenvolvidos pela Frente Parlamentar Mista em Defesa da Indústria Naval, incluindo a elaboração de material de pesquisa sobre a Economia do Mar e de governança, elaborado pela equipe da EMGEPRON, haja vista ser este o nosso foco de interesse, e contribuiu promovendo visita dos parlamentares ao Estaleiro Brasil Sul, localizado em Itajaí, onde estão sendo construídas as fragatas no âmbito do PFCT, oportunidade em que os componentes da Frente Parlamentar Mista puderam presenciar a potencialidade do programa para o fortalecimento do Poder Naval, proteção da Amazônia Azul, desenvolvimento socioeconômico, com geração de emprego e renda para a região, e transferência de tecnologia. Essa iniciativa reitera os esforços da EMGEPRON em proveito de um ambiente de negócios próspero, sempre com foco no desenvolvimento socioeconômico nacional e regional. A Frente Parlamentar Mista em Defesa da Indústria Naval foi aberta em abril deste ano, no Salão Nobre da Câmara dos Deputados, e tem a finalidade de estimular, defender e proteger os interesses sociais e econômicos da indústria marítima nacional, nos seus mais variados segmentos. Apresentará os resultados de seus trabalhos, na forma de um relatório para o governo federal, visando a retomada dos investimentos no setor. Ainda foi assinado, em maio de 2023, o contrato de gerenciamento do Projeto Executivo do Período de Manutenção do Navio-Tanque "Almirante Gastão Motta". O projeto de revitalização do Navio-Tanque, iniciado após decisão do Almirantado, será dividido em três fases, sendo a primeira, com foco em serviços nas áreas de estruturas navais, máquinas e navegação. Com base na *expertise* da EMGEPRON em estruturar e gerenciar projetos complexos de manutenção e obtenção de meios navais, a Empresa foi escolhida para conduzir processo licitatório nacional, a fim de realizar contratações para viabilizar a execução dos principais serviços de revitalização do navio. A condução desse projeto representa um salto de capacidade de atuação da EMGEPRON. O contrato firmado demonstra a confiança depositada na Empresa em planejar, estruturar e gerenciar serviços complexos, tornando-se emblemático para o futuro ambiente de negócios, haja vista a possibilidade de atuarmos no segmento de Apoio Logístico ao longo do Ciclo de Vida de meios navais. Indo ao encontro da estratégia de internacionalização da Empresa, prevista no seu Planejamento Estratégico, a EMGEPRON participou, em abril de 2023, da LAAD *Secutiry and Defense* 2023, no Rio de Janeiro. Nessa oportunidade, foram expostos os produtos e serviços desenvolvidos pela Empresa e realizadas aproximações com diversos atores privados e governamentais, nacionais e estrangeiros, do segmento de defesa. De igual forma e com o mesmo propósito, em setembro de 2023, a EMGEPRON participou da 22ª *Defence and Security Equipment International* - DSEI 2023, em Londres. O evento contou com a participação de mais de 2.800 fornecedores de defesa e segurança, incluindo os principais fabricantes do setor, e mais de 230 novos expositores. Ambos os eventos representaram um termômetro que nos permitiu observar o desenvolvimento e o reconhecimento da EMGEPRON como um *player* importante nos mercados nacional e internacional. A Empresa recebeu em seus *stands*, entre representantes de empresas e de órgãos governamentais de diversos países, um número considerável de visitas, possibilitando a concretização efetiva de negócios, além de inúmeras outras possibilidades que se apresentaram para a Empresa e que no momento se encontram em discussão. Assim, como uma de suas finalidades precípuas, contemplando o gerenciamento de projetos de interesse da MB e da Administração Pública, visando o fortalecimento do Poder Militar, da Economia do Mar e da Base Industrial de Defesa, a EMGEPRON tem realizado um aprimoramento contínuo na sua governança. O empenho no fortalecimento do Programa de Integridade ocorrido em 2022/2023, quando foram elaborados e aprovados diversos normativos e políticas com o propósito de robustecer a conduta ética, a governança, os processos de monitoramento e uso de recursos, o *compliance* e a mitigação de riscos da Empresa, foi reconhecido por ocasião da entrega do Prêmio Rede Governança Brasil (RGB) 2023, em sua 4º edição. A EMGEPRON foi agraciada no dia 01 de dezembro de 2023 com a 1ª colocação na categoria "Estatais, sociedades de economia mista e paraestatal". O Prêmio Rede Governança Brasil tem por objetivo fomentar boas práticas de Governança no Setor Público Brasileiro, estimulando as competências gerais, que articulam e mobilizam princípios, atuação ética e Governança, o qual visa atribuir mérito à atuação relevante na esfera pública de nosso país. A ideia do prêmio é a de agraciar as organizações públicas federais que possuam uma "boa" governança como requisito fundamental para o desenvolvimento sustentado, que incorpora ao crescimento econômico equidade social e também direitos humanos. O referido título, assim como todas as demais realizações ao longo do ano de 2023, das quais algumas foram aqui descritas, promove mais motivação a toda a força de trabalho da Empresa, em face do reconhecimento de seu êxito frente aos grandes desafios decorrentes de um ambiente volátil, tal como o da defesa, no qual estamos inseridos. Cabe, nesse momento, em que celebramos o fim de mais um ano de jornada, um agradecimento a todos os nossos *stakeholders*, em especial à MB pela parceria e aos nossos colaboradores, que diante das mais diversas situações adversas sempre se posicionaram com o intuito de superar as dificuldades, empenhando esforço e dedicação, sugerindo novas soluções e contribuindo, sobremaneira, para o sucesso da Empresa aqui relatado. Concito a todos renovarem suas energias e entusiasmo para juntos seguirmos, em 2024, navegando um rumo de sucesso, de maneira em que possamos fazer da EMGEPRON, nossa Empresa, uma organização cada vez mais humana, inclusiva, justa, forte, reconhecida, respeitada e admirada por sua gestão, governança, resultados e responsabilidade socioambiental, contribuindo para o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa, o fortalecimento da Economia do Mar e a recomposição do Poder Naval.

Balanços Patrimoniais em 31/12/2023 e 2022 (Em R$ Mil)

Ativo	Notas	2023	2022 Reapresentado
Circulante		**6.790.852**	**8.090.953**
Caixa e Equivalentes	4	6.650.490	7.820.135
Contas a Receber	5	6.952	37.824
Tributos a Recuperar	6	112.510	98.271
Adiantamentos	7	2.949	114.452
Estoques	8	15.161	14.657
Depósitos em Garantia	9	2.779	5.605
Outros Direitos Circulante		11	9
Não Circulante		**5.232.555**	**3.572.804**
Realizável a Longo Prazo		16.926	26.860
Depósitos Judiciais	10	12.379	22.217
Depósitos em Garantia	9	4.547	4.643
Imobilizado	11	5.212.185	3.543.194
Intangível	12	3.444	2.750
Total do Ativo		**12.023.407**	**11.663.757**
Passivo	Notas	**2023**	**2022 Reapresentado**
Circulante		**242.412**	**332.321**
Gerenciamento de Recursos MB	13	10.630	10.803
Obrigações Tributárias	14	26.014	33.721
Obrigações Trabalhistas	15	13.476	12.811
Antecipações de Clientes	16	41.221	28.374
Garantias Recebidas	17	4.399	4.988
Dividendos e JSCP	18	145.854	155.842
Outras Contas a Pagar	19	818	85.782
Não Circulante		**19.899**	**38.609**
Provisão para Contigência	20	19.899	38.609
Patrimônio Líquido		**11.761.096**	**11.292.827**
Capital Social	21	3.634.385	1.359.353
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	22	7.083.857	9.266.360
Reservas de Lucros	23	1.042.854	667.114
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**12.023.407**	**11.663.757**

Demonstrações de Resultados 31/12/2023 e 2022 (Em R$ Mil)

	Notas	2023	2022 Reapresentado
Receita Líquida	24	**136.221**	**151.382**
Custo das Mercadorias Vendidas e dos Serviços Prestados	25	**(140.923)**	**(132.109)**
Resultado Bruto		**(4.702)**	**19.273**
(-) Despesas Operacionais			
Despesas Administrativas	26	(32.949)	(29.262)
(+) Outras Receitas (Despesas) Operacionais	27	2.624	(6.358)
Prejuízo Operacional Antes do Resultado Financeiro		**(35.027)**	**(16.347)**
Resultado Financeiro Líquido	28		
Receitas Financeiras		930.960	982.628
(-) Tributos sobre as Receitas Financeiras		(42.948)	(46.114)
(-) Despesas Financeiras		(7.205)	(4.908)
Resultado Antes dos Tributos Sobre o Lucro		**845.780**	**915.259**
(-) Imposto de Renda	29	(170.329)	(190.499)
(-) Contribuição Social	29	(61.327)	(68.588)
Lucro do Período		**614.124**	**656.172**

Demonstrações de Resultados Abrangentes 31/12/2023 e 2022 (Em R$ Mil)

	2023	2022
Lucro do Período	**614.124**	**656.172**
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Período	**614.124**	**656.172**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Findos em 31/12/2023 e 2022 (Em R$ Mil)

	Notas	Capital Social	AFAC	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Lucros Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 31/12/2021		307.162	10.171.689	36.099	277.547	-	10.792.497
Incorporação ao Capital		1.052.191	(905.329)		(146.862)		-
Ajuste de Exercícios Anteriores							-
Resultado do Exercício						656.172	656.172
Constituição de Reserva Legal				32.809		(32.809)	-
Constituição de Reserva de Lucros					467.521	(467.521)	-
Distribuição de Juros Sobre o Capital Próprio						(155.842)	(155.842)
Saldos em 31/12/2022		1.359.353	9.266.360	68.908	598.206	-	11.292.827
Incorporação ao Capital	21	2.275.032	(2.182.503)		(92.530)		(1)
Resultado do Exercício						614.124	614.124
Constituição de Reserva Legal				30.706		(30.706)	-
Constituição de Reserva de Lucros					437.564	(437.564)	-
Distribuição de Juros Sobre o Capital Próprio	18					(145.854)	(145.854)
Saldos em 31/12/2023		3.634.385	7.083.857	99.614	943.240	-	11.761.096

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31/12/2023 e 2022 (Em R$ Mil)

	Notas	2023	2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Recebimentos de Clientes		138.843	147.008
Rendimentos Financeiros		923.753	1.070.945
Garantias Concedidas		2.836	3.963
Garantias Recebidas		11.576	2.331
(-) Outros Valores (Pagos) Recebidos		13.148	(4.286)
(-) Pagamentos com Pessoal		(88.796)	(94.723)
(-) Pagamentos de Fornecedores / Contas a Pagar		(33.287)	(56.566)
(-) Pagamentos de Tributos		(307.950)	(461.636)
(-) Pagamentos de Plano de Assistência Médica		-	(1.327)
Caixa Gerado nas Atividades Operacionais		**660.123**	**605.709**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Aquisição de Imobilizado		(1.666.975)	(2.163.667)
Baixa (Aquisição) de Intagível		(78)	-
Caixa Aplicado nas Atividades de Investimentos		**(1.667.053)**	**(2.163.667)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Juros Sobre Capital Próprio	18	(162.715)	(39.089)
Caixa Aplicado nas Atividades de Financiamentos		**(162.715)**	**(39.089)**
Caixa e Equivalente de Caixa Aplicado no Período		**(1.169.645)**	**(1.597.047)**
Caixa e Equivalente de Caixa no Início do Exercício		7.820.135	9.417.182
Caixa e Equivalente de Caixa no Final do Exercício		6.650.490	7.820.135
Caixa e Equivalente de Caixa Aplicado no Período		**(1.169.645)**	**(1.597.047)**

Demonstração do Valor Adicionado em 31/12/2023 e 2022 (Em R$ Mil)

	Notas	2023	2022 Reapresentado
Receitas (a)		**158.530**	**170.062**
Vendas de Produtos e Serviços	24	156.048	168.532
Outras Receitas Operacionais		2.482	1.530
(-) Insumos Adquiridos de Terceiro (b)		**(69.075)**	**(61.034)**
Materiais Consumidos		(5.397)	(4.278)
Custo das Mercadorias para Revenda		(10.926)	(18.555)
Energia, Serviços de Terceiros e Outros Operacionais		(52.752)	(38.201)
Valor Adicionado Bruto (c = a - b)		**89.455**	**109.028**
(-) Depreciação, Amortização e Outras Retenções (d)		**(2.340)**	**(9.800)**
Depreciação	11	(6.080)	(2.762)
Provisão/(Reversão) Contingenciais, Receitas, Despesas e Baixa de Ativos		3.740	(5.277)
Perdas com Renegociação de Contratos		-	(1.761)
Valor Adicionado Produzido pela Empresa (e = c - d)		**87.115**	**99.228**
Valor Adicionado Recebido em Transferência (f)		**930.960**	**982.628**
Receitas Financeiras	28	930.960	982.628
Valor Adicionado Total a Distribuir (g = e + f)		**1.018.075**	**1.081.856**
Distribuição do Valor Adicionado (h = i + j + k + l)		**1.018.075**	**1.081.856**
Pessoal e Administradores (i)		**88.796**	**85.419**
Tributos (j)		**307.950**	**335.356**
Impostos, taxas e contribuições		307.950	335.356
Remuneração de Capital de Terceiros (k)		**7.205**	**4.909**
Juros, Variações Cambiais e Monetárias	28	7.205	4.909
Remuneração de Capital Próprio (l)		**614.124**	**656.172**
Dividendos e JSCP	18	145.854	155.842
Lucros Retidos		468.270	500.330

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31/12/2023 e 31/12/2022 (Em R$ Mil)

__1.Contexto Operacional:__ A Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON é uma Empresa Pública não dependente do Tesouro Nacional, criada pela Lei nº 7.000, de 09 de junho de 1982, vinculada ao Ministério da Defesa por intermédio do Comando da Marinha, que orienta suas atividades em três eixos principais, que são, a "Economia da Mar", a manutenção de sua condição de "Plataforma de Exportações da Base Industrial de Defesa (BID)", e a sua capacidade de gestão de "programas estratégicos". Sob esse aspecto, a Empresa considera que detém uma moeda de poder para as suas atividades, de um lado dessa moeda é promovida a "Defesa Nacional" e de outro lado é promovido o "Desenvolvimento Econômico Nacional". Os objetivos estatutários de criação da EMGEPRON são aqueles presentes em sua Lei de Criação, a Lei nº 7000, de 09 de junho de 1982, no artigo 2 e representam o interesse público de sua criação: "Art. 2º - A EMGEPRON terá por finalidade: I – Promover a indústria militar naval brasileira e atividades correlatas, abrangendo, inclusive, a pesquisa e o desenvolvimento; II – Gerenciar e apoiar projetos integrantes de programas aprovados pelo Comando da Marinha ou pelo Ministério da Defesa; e III – Promover ou executar atividades vinculadas à obtenção e manutenção do material militar naval. Outra característica que diferencia a EMGEPRON das demais empresas do ramo, é o fato dela ser acreditada, pelo Ministério da Defesa (MD), como Interveniente Técnico para negociações Governo a Governo, de produtos e serviços da BID. Cabe ressaltar, que a Empresa é classificada, pelo MD, como Empresa Estratégica de Defesa (EED), fazendo jus por isso aos benefícios do RETID (Regime Especial Tributário para Produtos de Defesa) para alguns de seus serviços. Nesse contexto da lei de criação da EMGEPRON e o interesse público envolvido, a Entidade, ou a Parte Interessada, que representa mais diretamente a União na relação com a EMGEPRON é o próprio Comando da Marinha desde a criação da Empresa. Entretanto, a partir de 2017, a obrigação assumida pela EMGEPRON, por capitalizações com autorização legislativa, por ser uma Empresa Estatal não dependente, foi a de conduzir a Política Pública de "Reconstrução do Núcleo do Poder Naval". Quanto à essas capitalizações, as Leis nº 13.534/2017, nº 13.587/2018, nº 13.808/2019 e nº 13.951/2019 representaram a direção dada à EMGEPRON para a aplicação desses recursos para a referida Política Pública por uma instituição que perpassou o Comando da Marinha e o próprio MD, o Congresso Nacional. Portanto, essas próprias autorizações legislativas para a capitalização se consubstanciam como a orientação dada pela União para assunção da responsabilidade a serem assumidas pela EMGEPRON para condução da referida política pública. Esses recursos, classificados contabilmente como Adiantamento para o Futuro Aumento de Capital (AFAC), vem se convertendo nos investimentos de construção dos navios e detém custos operacionais específicos, em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado (cabe ressaltar que a EMGEPRON foi capitalizada por ser uma estatal não dependente) que atue no mesmo mercado (que, no caso da EMGEPRON, é o da Economia do Mar). Esses custos específicos citados se tratam dos custos de obtenção, por construção, de navios de guerra que não poderiam ser concretizados sem a condução de uma Empresa Estratégica de Defesa (EED) como a EMGEPRON, uma vez que o interesse público apontado na finalidade da Empresa presente em sua Lei de Criação, no inciso do artigo 2 de sua Lei nº 7000/1982 é o de promover a obtenção de material militar naval, no caso específico, a obtenção de navios. Detalhamento desses projetos: __Programa Fragatas Classe Tamandaré (PFCT):__ O PFCT tem o propósito de contribuir para a Modernização do Poder Naval. Em março de 2019, iniciaram-se as negociações entre a EMGEPRON e a SPE Águas Azuis, envolvendo o Contrato Principal e o Acordo de Compensação do Programa. Nestes documentos encontram-se previstas a construção de quatro Fragatas Classe Tamandaré, em estaleiro nacional, com a Participação da Indústria Nacional, a Transferência de Tecnologia (ToT), o desenvolvimento da Gestão do Ciclo de Vida (GCV) e o Apoio Logístico Integrado (ALI). Em 2020, após cerca de um ano de negociações, o Contrato entre a EMGEPRON e a SPE Águas Azuis foi assinado e seis meses depois, em 4 de setembro de 2020, após terem sido cumpridas as condições de eficácia previstas, o Contrato entrou em execução, iniciando-se oficialmente o cronograma de 118 meses de atividades, que incluem o projeto, a construção e o comissionamento das 4 (quatro) Fragatas Classe Tamandaré (FCT). A primeira Fragata está com previsão para ser entregue em DEZ/25, a segunda em JAN/27, a terceira em FEV/28 e a quarta Fragata em FEV/29, finalizando o escopo de entrega dos navios. As Fragatas Classe Tamandaré (FCT) serão disponibilizadas para a utilização pela Marinha do Brasil, que ficará responsável pela sua operação e manutenção, em conformidade com os planos de ALI (Apoio Logístico Integrado) e GCV (Gestão do Ciclo de Vida) estabelecidos no âmbito Programa. Os navios serão entregues incluindo seus sistemas de armas e sensores integrados e testados, atendendo todas as condições de navegabilidade, estanqueidade, estabilidade, operação, desempenho e segurança, incluindo os seus manuais, plantas, projetos, equipagens, ferramentas, equipamentos de teste, listas de sobressalentes e o MB LCM Solution, um sistema especialmente desenvolvido para gerenciar a GCV – Life Cycle Management (LCM) das FCT. Convém ressaltar que, ao término da construção de cada navio, a EMGEPRON e a União, representada pelo Comando da Marinha, devem celebrar, por meio de procedimento de afastamento de licitação, um Contrato de Instituição de Domínio Público por meio de uma Afetação de Bem Naval. __Projeto Navio Polar (NPo) Almirante Saldanha:__ A obtenção de um navio de apoio logístico, inicialmente denominado Navio de Apoio Antártico (NApAnt), atualmente, Navio Polar Almirante Saldanha (NPo Almirante Saldanha), dotado de elevada capacidade logística e de operar em águas com camadas de gelo de até um ano de idade no período do verão/outono da região antártica, possibilitará um aumento significativo das áreas que poderão ser alcançadas pelos Projetos de Pesquisa no Continente Antártico. Em 1959, um total de 12 nações firmaram o Tratado Antártico, que passou a vigorar oficialmente em 1961. Entre os anos de 1961 e 1989, vinte e seis outros países aderiram ao Tratado, dentre os quais o Brasil. Os principais objetivos do Tratado residem no desenvolvimento da pesquisa pura ou pesquisa científica de ponta e na preservação do meio ambiente local. Por intermédio desse instrumento, ficou definida a utilização pacífica da Antártica e sua exploração para fins exclusivamente científicos, sendo proibida a utilização, por qualquer país, dos seus recursos naturais ou minerais até o ano de 2048, quando os termos do Tratado serão rediscutidos. Com o objetivo de cumprir os compromissos assumidos com a adesão ao Tratado Antártico e, com isso, manter o seu direito a voto e participação nas reuniões subsequentes, o Brasil inaugurou, em 1984, a Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF). Em fevereiro de 2012, um incêndio afetou 70% de suas instalações, porém, apesar do incidente, as pesquisas científicas prosseguiram com os recursos disponíveis e por meio de parcerias com instituições de outros países para utilização de suas estações antárticas, durante o tempo de reconstrução da EACF. Em 15 de janeiro de 2020, a EACF foi inaugurada e suas atividades restabelecidas. Devido as suas riquezas minerais, volume de gelo, importância na regulação do clima e sua própria localização geográfica, a Antártica é extremamente importante para o mundo. Não por acaso, todos os países com assento permanente no Conselho de Segurança da ONU são membros signatários do Tratado Antártico. No âmbito regional, nações vizinhas têm investido nos seus respectivos programas Antárticos. Tal interesse advém das riquezas existentes naquela região. Fruto dessas riquezas estratégicas, diversos países apresentaram pleitos de reivindicação territorial no continente, algumas sobrepostas, com destaque para a região onde se localiza a estação brasileira, pleiteada simultaneamente por Argentina, Chile e Reino Unido. Para apoio à EACF, o Brasil conta atualmente com dois navios no Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR): o Navio de Apoio Oceanográfico Ary Rongel (NApOc Ary Rongel - H44) e o Navio Polar Almirante Maximiano (NPo Alte Maximiano - H41). O NApOc Ary Rongel entrou em serviço em 1981 e, diante das restrições de idade e de alcance apresentadas, surge como alternativa a aquisição de um NPo, que poderá realizar o abastecimento da base brasileira em períodos mais extremos, reduzindo a dependência de abastecimento por aeronaves da FAB no inverno. Ressalta-se que a FAB é a única força que realiza a complexa operação de abastecimento de estação Antártica por paraquedas no inverno. Com a inclusão do NPo Almirante Saldanha ao PROANTAR, o NApOc Ary Rongel poderá ser aposentado, o que significará uma economia de USD 3 milhões por ano, valor gasto com sua manutenção anual. Ressalta-se que o programa de obtenção do Navio Polar (NPo) é gerenciado pela EMGEPRON nos mesmos moldes do modelo de negócio idealizado para o PFCT. O programa foi iniciado em 2018, por meio do Lei nº 13.765/2018, aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente Michel Temer. Os demais aportes foram autorizados pela Lei nº 13.808/2019 (LOA 2019) e pela Lei nº 13.951/2019. No dia 04 de outubro de 2021, a Marinha do Brasil anunciou o Estaleiro Jurong Aracruz/ SEMBCORP como melhor oferta para construir o novo Navio Polar (NPo). A construção do NPo, é conduzida por esta empresa, proporcionando incentivo ao desenvolvimento tecnológico e à indústria naval brasileira. A substituição do Navio de Apoio Oceanográfico "Ary Rongel" potencializa a pesquisa científica e fortalece a presença estratégica do país no Continente Gelado, uma fronteira de conhecimento e potenciais riquezas para futuras gerações. No dia 27 de maio de 2022, foi assinado o contrato entre a EMGEPRON, a Polar 1 Construção Naval SPE Ltda – Sociedade de Propósito Específico, constituída pelo Estaleiro Jurong Aracruz Ltda e a SembCorp Marine Specialised Shipbuilding (SMSS) PTE Ltda. O seu propósito é a construção de uma embarcação com capacidade para navegar em campos de gelo. Para isso, necessita possuir casco em formato específico e reforçado, particularmente na sua proa, para abrir caminho e quebrar as placas de gelo, utilizando o próprio peso do navio e, por vezes, o turbilhonamento provocado por seus propulsores. A prontificação e entrega do Navio Polar Almirante Saldanha para a Marinha do Brasil, cujo indicativo visual será H22, estão previstas para o segundo semestre de 2025. __Projeto de Construção do Navio Patrulha de 500 toneladas (NPa 500-BR):__ A estruturação do projeto de construção do NPa de 500 toneladas, a ser gerenciado pela EMGEPRON, tem o potencial de gerar uma série de benefícios para a Marinha do Brasil, para a empresa, para a Base Industrial de Defesa e, também, para a sociedade brasileira. Entende-se que o projeto proporcionaria o desenvolvimento de competências importantes relacionadas ao *core business* da EMGEPRON, o gerenciamento de projetos complexos, notadamente os atinentes aos Programas Estratégicos de Defesa. Adicionalmente, traz a oportunidade de ampliar o seu reconhecimento no mercado de defesa, tanto nacional, quanto internacionalmente, além de contribuir para o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa, por meio da retomada da construção naval militar no país, atividade indispensável à manutenção da capacidade operativa da Marinha do Brasil, objetivo constante do seu Plano Estratégico. Os Navios Patrulha são meios que possuem emprego amplo, como por exemplo, atividades de Inspeção Naval nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), busca e salvamento (SAR) na área de responsabilidade do Brasil e operações de defesa de estruturas offshore, como plataformas de exploração de petróleo no mar, o que inclui a região do pré-sal. Eles são empregados, principalmente, na Zona Econômica Exclusiva (ZEE) de um país, onde fazem inspeções de atividades de pesca, patrulhas de imigração ilegal, patrulhas antipirataria e busca e resgate para a salvaguarda da vida humana no mar. Seu tamanho e custo relativamente baixo, quando comparados aos navios escolta, fazem deles um dos tipos mais comuns de navio de guerra do mundo. Releva mencionar que quase todas as marinhas operam pelo menos alguns Navios Patrulha, gerando oportunidades de negócio para os países que detenham capacidade de projetar e construir navios desse tipo. Há base científica que demonstra que, para além do potencial de geração de valor para a Empresa, a construção do NPa 500-BR no país gerará uma série de externalidades positivas, como a geração de emprego e renda, uma maior arrecadação de tributos e impactos positivos na produção nacional. Ademais, espera-se relevante impacto na Base Industrial de Defesa, considerando a orientação permanente de estabelecimento de elevado índice de conteúdo local para os navios. Vale ressaltar ainda que os investimentos em Defesa são geradores de valor para o Brasil, pois cada Real investido em programas de Defesa gera um multiplicador de 9,8 em valor de PIB, segundo estudo da FIPE. Em dezembro de 2022, a MB (DGePM) e a EMGEPRON assinaram um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com vistas à construção do navio pela EMGEPRON, em complexo industrial da Marinha no Rio de Janeiro, indo ao encontro do Programa de Desenvolvimento de Navios-Patrulha (PRONAPA). Em agosto de 2023, o governo federal apresentou o novo PAC, onde o Programa de Obtenção de Navios Patrulha (PRONAPA) foi contemplado com a previsão de construção de 11 navios. Esses navios serão custeados com recursos orçamentários da MB. Em novembro de 2023, a MB (DGDNTM e CPSN) e a EMGEPRON assinaram um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com vistas à execução técnica pelo CPSN e gerenciamento pela EMGEPRON do Projeto de Detalhamento para a construção do "NPa500", bem como para implementar oportunidades de melhoria ao Projeto de Engenharia do navio. Por fim, atualmente, existe um Grupo de Trabalho na Empresa, Coordenado pela DT-C, executando as ações necessárias para a consecução do empreendimento. Essas ações podem ser divididas em 4 temáticas: (1) A estruturação do Projeto, com o refinamento dos custos, a análise de riscos e a definição de um cronograma; (2) Engenharia, o estabelecimento de um ACT com a DGDNTM / CPSN para a realização do Projeto de Detalhamento e ajustes no Projeto Básico de Engenharia; (3) Tratativas relacionadas ao Modelo de Negócios e a contratação da empresa pela MB; e (4) Contratação do parceiro construtor. __Guerra de Israel *vs.* Hamas:__ A eclosão do conflito entre Israel e o Hamas, em meados de outubro de 2023, reverberou na economia global; principalmente, devido ao envolvimento de outros países. Segundo projeções econômicas, nesse contexto, o preço do petróleo alcançará patamares elevados, fazendo o crescimento global (PIB mundial) recuar; pois o Oriente Médio desempenha papel-chave como fornecedor de energia e rota marítima estratégica. Com o agravante de que a economia global atualmente está em um momento de recuperação, ainda lidando com a inflação gerada após a invasão da Rússia à Ucrânia. A companhia está monitorando atentamente as repercussões desses conflitos e seus impactos na economia mundial e brasileira, e no mercado em que atua. __1.1 - Conjuntura Econômica:__ __Cenário Internacional:__ O "OCDE Economic Outlook, Interim Report February 2024" relata que crescimento da produção mundial se revelou inesperadamente resiliente em 2023. A inflação diminuiu mais rapidamente do que inicialmente previsto. O crescimento foi mais significativo nos Estados Unidos, apoiado pela elevação do consumo interno e dos gastos governamentais. Os resultados foram mais fracos em muitas outras economias avançadas, especialmente na Europa, refletindo a importância relativa do financiamento bancário e os contínuos efeitos adversos do choque dos preços da energia. O crescimento também se moderou nos países onde as taxas de juros são mais elevadas. As economias dos mercados emergentes continuaram, em geral, a crescer a um ritmo sólido, apesar das condições financeiras mais restritivas. A reabertura da economia no início do ano também ajudou a recuperar a atividade na China, embora a redução do consumo e a contração contínua no setor imobiliário estejam a pesar sobre a procura interna. A ata da 260ª reunião do COMPOM registra que a conjuntura internacional segue volátil, marcada por renovadas tensões geopolíticas e pelo debate sobre o início do processo de flexibilização da política monetária nas principais economias. Também cita que a reversão de choques de oferta, a inflação ao produtor bem-comportada na China e nos Estados Unidos e a dinâmica recente de preços de commodities permitem imaginar um cenário benigno para a inflação. No entanto, as tensões geopolíticas e a consequente elevação dos preços de fretes adicionaram incerteza ao cenário prospectivo. O estudo do BB Assessoramento Econômico cita a escalada do conflito no Oriente Médio e os ataques dos Houthis a embarcações no Mar Vermelho como eventos que motivaram aumentos nos preços dos fretes internacionais, levando o Índice de Frete de Contêineres de Xangai a atingir a taxa mais alta desde a pandemia de covid-19. __Cenário Nacional:__ Os números da economia brasileira surpreenderam positivamente. A inflação baixou gradualmente, entrando no teto superior da meta em novembro, permitindo que o Banco Central iniciasse o ciclo de queda da taxa Selic. O 4º trimestre de 2023, segundo a ata do COPOM, foi marcado por uma desaceleração da economia brasileira, refletindo a combinação de fatores internos e externos. No âmbito doméstico, ainda que a divulgação do IPCA de dezembro tenha trazido surpresas de alta inesperadas, foi mantida a tendência de desinflação, apesar de alguns preços carregarem um forte componente inercial e de reajustes automáticos que, segundo os economistas, explica as diferentes velocidades na desinflação nos grupos de preços. A inflação brasileira continuou a acelerar no segundo semestre de 2023, atingindo 10,8% no acumulado dos 12 meses até dezembro. O principal fator de pressão sobre os preços foi a alta dos preços dos alimentos e combustíveis. A balança comercial brasileira registrou superávit de US$ 10,6 bilhões em dezembro de 2023, o maior saldo para o mês desde 2011. O superávit foi impulsionado pela alta das exportações de commodities, como petróleo e soja. As importações também cresceram no mês, mas em ritmo menor do que as exportações. O ano de 2023 também foi marcado pela introdução da nova regra fiscal, o Regime Fiscal Sustentável (RFS), antes conhecido como Novo Arcabouço Fiscal (NAF), instituído em agosto pela Lei Complementar nº 200/2023. Se tornou a principal regra fiscal do país definindo um novo limite para o gasto federal e introduzindo novas metas para o resultado primário condicionante da evolução da despesa. Para alcançar as metas pactuadas, o governo trabalhou, desde o início de 2023 em um pacote robusto de medidas pelo lado da receita. Esse pacote incluiu a reoneração de alguns setores, como o de combustíveis, e medidas relacionadas ao CARF, à tributação de fundos exclusivos/offshore e ao fim de compensações tributárias ligadas ao ICMS em relação a impostos federais. Entretanto, houve queda da arrecadação e aumento das despesas obrigatórias (programa Bolsa Família, créditos extraordinários para pagamento dos passivos, benefícios previdenciários e despesas discricionárias). Nesse contexto, o resultado primário no ano registrou déficit de R$ 234,3 bilhões, a preços de dezembro de 2023, correspondente a cerca de 2,1% do produto interno bruto (PIB). O estouro no limite estabelecido, pelo novo arcabouço, fiscal fez o governo bloquear despesas discricionárias no Orçamento Geral da União de 2023 com o propósito de cumprir as regras do teto de gastos. O Ministério da Defesa deixou de ter acesso ao montante de R$ 258,4 milhões. __Cenário EMGEPRON:__ Os contingenciamentos promovidos pelo Governo impactaram o orçamento da MB e as suas consequências para a EMGEPRON foram: - A Diretoria de Sistemas de Armas (DSAM) não demandou as encomendas esperadas no contrato de gerenciamento da Fábrica Almirante Jurandyr da Costa Müller de Campos (FAJCMC); e - Redução da demanda dos serviços de apoio técnico e operacional pelo: Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ), Centro de Manutenção de Sistemas (CMS), Coordenadoria-Geral do Programa de Desenvolvimento de Submarino com Propulsão Nuclear (COGESN) e Diretoria de Portos e Costas (DPC). Por outro lado: - O aquecimento do mercado de apoio offshore incrementou a busca pelos serviços de apoio e facilidades na reparação naval com utilização das Bases Navais das Organizações Militares Prestadoras de Serviços (OMPS) e comercialização de cartas, dados e produtos náuticos; - O desenvolvimento de novos medicamentos, constantes da Lista de Produtos Estratégicos do Ministério da Saúde (MS) e destinados aos seus programas sociais, geraram mais encomendas ao Laboratório Farmacêutico da Marinha (LFM) e, por conseguinte, maior demanda por serviços de apoio técnico e operacional; - O descomissionamento e a alienação, pela Marinha, de material inservível proporcionou um significativo aumento de receita operacional em relação à 2023; e - As taxas de câmbio favoreceram as vendas para exportação. No entanto, os incrementos dessas receitas não foram suficientes para cobrir as perdas operacionais causadas pelos reflexos dos contingenciamentos. __2.Base de preparação: a.Declaração de conformidade:__ As informações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade -CFC, no que for aplicável, em linha com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Não há mudanças nas operações da Empresa, itens não usuais, alteração de estimativas, mudança na composição da Empresa ou qualquer outro evento que requeira divulgação específica. __b.Base de mensuração:__ As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção das aplicações financeiras, apresentadas a valor justo por meio do resultado. __c.Moeda funcional e moeda de apresentação:__ As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, a moeda funcional do ambiente econômico onde a Empresa atua. __d.Uso de estimativas e julgamentos:__ A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetem a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Os efeitos das revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidos na ocasião da própria revisão e/ou em qualquer período futuro afetado. As principais premissas utilizadas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e na data do balanço, envolvendo risco de causar um ajuste relevante no valor contábil dos ativos e passivos são apresentadas a seguir: I) Valor justo de instrumentos financeiros; II) Depreciação do ativo imobilizado; e III) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas. __e.Data de aprovação das demonstrações financeiras:__ A autorização de emissão dessas demonstrações financeiras ocorreu através de Reunião de Diretoria datada de 19 de fevereiro de 2024. __3.Principais políticas contábeis:__ As políticas detalhadas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. __a.Apuração do resultado:__ O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a empresa e quando possa ser mensurada de forma confiável, em

continua

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2024.04.05 06:50:56 -03'00'

EMGEPRON

EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS - EMGEPRON

CNPJ nº 27.816.487/0001-31

conformidade com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. Sua mensuração é realizada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e tributos ou encargos sobre vendas. b.Receita e despesa financeira: As receitas financeiras estão representadas pelos ganhos nas variações do valor de ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de resultado, bem como as receitas de juros obtidas através do método de juros efetivos. Ou seja, as receitas financeiras abrangem, basicamente, as receitas de descontos e de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas com juros, multas e variações monetárias. c. Ativos circulante e não circulante: c.1 Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem os numerários em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de alta liquidez, cujos vencimentos, quando de sua aquisição, são iguais ou inferiores a 90 (noventa) dias, prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. c.2. Contas a receber: As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado incluindo os respectivos impostos e ajustadas ao valor presente, em conformidade com o pronunciamento contábil CPC 12, quando aplicável, além de acrescidas das variações monetárias, quando contratadas. Em caso de inadimplência, esforços de cobrança são efetuados, incluindo contatos diretos com os clientes. Os títulos são baixados contra a provisão, à medida que a Administração considera que estes não são mais recuperáveis, após o emprego de todas as medidas cabíveis para recebê-los. A provisão para perdas foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir eventuais perdas na realização dos créditos a receber. c.3 Estoques: Representam os insumos (matéria-prima) adquiridos para produção por encomenda em estabelecimento de terceiros. São contabilizados na entrada como "estoque em poder de terceiros" e/ou produção em processo, e baixados conforme o produto pronto vai sendo entregue pelo fornecedor. Os valores dos estoques estão registrados pelo custo de aquisição e não excedem aos seus custos de reposição ou valores de realização. c.4 Tributos a recuperar: Representam, basicamente, tributos retidos pelos clientes, os quais serão compensados em operações subsequentes. c.5 Depósitos para Recursos: São representadas por depósitos realizados pela empresa relativo a processos judiciais ou administrativos em curso. c.6 Imobilizado: Reconhecimento e mensuração: Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. O custo de aquisição do imobilizado, ou custo histórico, inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens, ou seja, a soma do preço de compra com os gastos necessários para colocá-lo em condições de uso. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado, apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos em outras receitas/despesas no resultado e são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, pelo método linear, baseado na vida útil estimada de cada componente. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. *Impairment Test:* A EMGEPRON realizou no quarto trimestre de 2023 o teste de recuperabilidade (*impairment test*) em seu principal bem depreciável e, na oportunidade, constatou que seu valor é superior ao atualmente registrado, não ensejando indícios de que poderia estar acima do valor recuperável. Ademais, até o final do exercício de 2023, a empresa não verificou a existência de indicadores de que os demais ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e, consequentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi reconhecida. Ou seja, não há indícios de desvalorização dos saldos acima de seus respectivos valores de venda líquido ou de uso (valores dos fluxos de caixa futuros produzidos para cada ativo trazidos a valor presente). c.7 Demais ativos circulantes e não circulante: São apresentados ao valor líquido de realização e segregados de acordo com o prazo de realização, ou seja, curto prazo (até 12 meses) e longo prazo (superior a 12 meses). d. Passivos circulante e não circulante: São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data das demonstrações contábeis. d.1 Fornecedores: São inicialmente reconhecidos pelo valor nominal e, posteriormente acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações incorridas até a data de encerramento das demonstrações contábeis. d.2 Provisões: Uma provisão é reconhecida no balanço quando a empresa possui uma obrigação, legal ou constituída, como resultado de um evento passado, e quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e possa ser estimado confiavelmente. d.3 Incentivos Fiscais: A empresa não possui incentivos fiscais, exceto quanto aos benefícios obtidos da habilitação para operar no Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (RETID) até 22 de março de 2032, conforme dispõe a Lei nº 12.598/2012, Decretos nºs 7.970/2013 e 8.122/2023, Instrução Normativa RFB nº 1.454/2014, e alterações, segundo o disposto na nota explicativa nº 01. d.4 Imposto de renda e contribuição social: O IRPJ e a CSLL são calculados com base no lucro tributável real trimestral, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% para o IRPJ e 9% para a CSLL. Considera, ainda, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. e.Demonstração dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método direto e pelo indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03. f.Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: São constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda (pronunciamento contábil CPC 25) inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. g.Gerenciamento de risco financeiro: A política da Administração é manter uma sólida base de recursos visando o desenvolvimento futuro da Empresa. A Administração monitora o retorno sobre os recursos aplicados considerando os resultados das atividades econômicas. As políticas adotadas para gerenciamento do risco estão apresentadas na Nota Explicativa nº 33. h.Capital social: O capital social da EMGEPRON é 100% da União e se encontra integralizado, logo a Empresa não possui ações no mercado de capitais. i. Reapresentação de Saldos Comparativos das Demonstrações Contábeis

Balanço Patrimonial, notas 7 e 11	31/12/2022 Original	Reclassificação	31/12/2022 Reapresentado
Ativo Circulante			
Adiantamentos	114.435	17	114.452
Ativo Não Circulante			
Imobilizado	3.543.211	(17)	3.543.194
	3.657.646	-	3.657.646

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros
Saldo em 31 de dezembro de 2022 (Original)	-	667.114
Reclassificação	68.908	(68.908)
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (Reapresentado)	68.908	598.206

Demonstrações de Resultados, notas 26 e 28	31/12/2022 Original	Reclassificação	31/12/2022 Reapresentado
Despesas Administrativas	(29.315)	53	(29.262)
(-) Despesas com Serviços Contratados	(6.897)	53	(6.844)
Outras (Despesas) e Receitas	(6.320)	(38)	(6.358)
		15	
Resultado Antes das Despesas e Receitas Financeiras			
Receitas Financeiras	936.529	46.099	982.628
(-) Tributos sobre as Receitas Financeiras	-	(46.114)	(46.114)
		(15)	

Demonstração do Valor Adicionado	31/12/2022 Original	Reclassificação	31/12/2022 Reapresentado
Receitas			
Outras Receitas Operacionais	1.505	25	1.530
Receitas Não Operacionais	10	(10)	-
	170.047	15	170.062
Insumos Adquiridos de Terceiro			
Materiais Consumidos	(4.277)	(1)	(4.278)
Custos das Mercadorias para Revenda	(17.094)	(1.461)	(18.555)
	(59.572)	(1.462)	(61.034)
Valor Adicionado Bruto	110.475	(1.447)	109.028
Depreciação, Amortização e Outras Retenções			
Provisão/ (Reversão) Contingenciais, Receitas, Despesas e Baixa de Ativos	(7.033)	1.756	(5.277)
Perdas com Renegociação de Contratos	-	(1.761)	(1.761)
Baixa de Bens do Ativo	(6)	6	-
	(9.801)	1	(9.800)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Empresa	100.674	(1.446)	99.228
Valor Adicionado Recebido em Transferência			
Receitas Financeiras	936.529	46.099	982.628
Valor Adicionado Total a Distribuir	1.037.203	44.653	1.081.856
Distribuição do Valor Adicionado	1.037.203	44.653	910.672
Pessoal e Administradores			
Salários, Vantagens e Encargos	86.750	(12.210)	74.540
	97.629	(12.210)	85.419
Tributos			
Impostos, Taxas e Contribuições	277.033	58.323	335.356
	277.033	58.323	335.356
Remuneração de Capitais de Terceiros			
Juros, Variações Cambiais e Monetárias	6.369	(1.460)	4.909

4.Caixa e equivalentes de caixa: Estavam assim representados:

	2023	2022
Fundo Rotativo de Caixa	15	13
Banco Conta Movimento	178	181
Títulos Vinculados ao Mercado Aberto (a)	6.650.297	7.819.941
Total	**6.650.490**	**7.820.135**

(a) Os "títulos vinculados ao mercado aberto" são representados por Fundo de Investimentos Extramercado Exclusivo, aplicado no BB DTVM e na CEF, conforme Resolução nº 4.986/2022 do BACEN, e são registrados pelo custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Segundo a Resolução CMN nº 4.986 de 17 de fevereiro de 2022, as aplicações de recursos das empresas públicas devem ser realizadas por meio de fundos de investimento extramercado, conforme prevê em seu art. 3º: "Art. 3º Com a finalidade específica de acolher a aplicação das disponibilidades de que trata o art. 2º, fica autorizada a constituição de: I - fundos de investimento extramercado comuns; II - fundos de investimento extramercado exclusivos." Neste contexto, releva mencionar que a EMGEPRON de acordo com a legislação, aplica suas disponibilidades na Caixa Econômica Federal (CEF) em fundo extramercado comum e exclusivo, e no Banco do Brasil, apenas fundo extramercado comum. Os fundos de investimentos da EMGEPRON objetivam acompanhar o subíndice IRFM 1 – Índice de Renda Fixa Mercado 1, índice da ANBIMA, mediante aplicação em ativos de renda fixa. As instituições classificam estes fundos em uma escala de 1 a 5 de acordo com o risco envolvido na estratégia de investimento. Nessa escala, a classificação dos fundos no qual a EMGEPRON realiza suas aplicações financeiras é 1, ou seja, fundos baixo risco financeiros. Ressalte-se que os recursos provenientes das capitalizações para a execução dos programas estratégicos são segregados em contas contábeis e bancárias específicas e distintas das demais operações da empresa. Os desembolsos realizados nestas contas são próprios a cada um desses programas, tais como: pagamentos previstos nos contratos da construção, recolhimentos dos tributos e dividendos atinentes às aplicações financeiras destes recursos, dentre outros. No quadro a seguir são apresentados os saldos de caixa e equivalentes de caixa de cada um dos programas/projetos estratégicos:

	2023	2022
PFCT	5.594.060	6.962.562
Npo	777.710	785.622
NPa500-BR	196.249	37.926
Suppressor	20.820	-
Demais Projetos	61.651	34.025
Total	**6.650.490**	**7.820.135**

PFCT – Programa Fragatas Classe Tamandaré. NPo – Projeto Navio Polar - Almirante Saldanha. NPa500-BR – Projeto de Construção do Navio Patrulha de 500 toneladas. 5.Contas a receber: O contas a receber estava assim composto:

Contas a receber	**2023**	**2022**
Marinha do Brasil	**3.824**	**5.312**
Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro	2.025	1.946
Centro de Manutenção de Sistema da Marinha	-	538
Laboratório Farmacêutico da Marinha	1.481	1.635
Hospital Naval Marcílio Dias	318	985
Diretoria do Patrimônio Histórico e Doc. da Marinha	-	208
Outros Órgãos Públicos	**336**	**15.403**
Exército Brasileiro - Departamento de Logística QGEx	-	15.067
Secretaria de Transportes do Rio de Janeiro	336	336
Entidade de Administração Pública	**10**	**24**
Indústria de Material Bélico do Brasil	-	24
Petróleo Brasileiro S/A	10	-
Pessoa Jurídica de Direito Privado	**736**	**1.126**
Itaguaí Construções Navais S/A	374	677
Outros	362	449
Clientes do Exterior	**360**	**3.079**
Naval Headquarters -Logistics Branch	-	3.079
THE MINISTRY OF NATIONAL DEFENCE OF THE REPUBLIC OF TUNISIA	360	-
Provisão de Receitas	**2.043**	**13.237**
Provisão de Receitas	2.043	13.237
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	**(357)**	**(357)**
Petrometal Engenharia Ltda (a)	(21)	(21)
Secretaria de Estado de Transportes - RJ (a)	(336)	(336)
Total	**6.952**	**37.824**

A EMGEPRON, em cumprimento ao Pronunciamento Técnico CPC 48, buscando refletir de maneira fidedigna em suas demonstrações contábeis, as perdas que são esperadas por inadimplência de clientes (PECLD) são reconhecidas contabilmente, a partir da consideração de todos os fatores de risco conhecidos. (a) O valor da PECLD, no montante de R$ 357 mil, vem sendo cobrado judicialmente, conforme detalhamento a seguir: Petrometal Engenharia Ltda.: Foi solicitada ao juízo, penhoras dos valores devidos à EMGEPRON, nos Processos nº 0016739-08.2013.8.19.0028 e nº 0081708-16.2013.8.19.0001 em trâmite na 1ª Vara Cível da Comarca de Macaé, que colocará os valores à disposição do Juízo Federal. Os processos encontram-se suspensos. Considera-se provável a possibilidade de êxito da EMGEPRON, contudo, não é possível precisar o momento em que ocorrerá, pois depende de ações a serem tomadas em outro juízo". Secretaria de Estado de Transportes - RJ: A sentença de primeiro grau favorável à EMGEPRON foi confirmada em sede de Segundo Grau (TRF2). O processo já transitou em julgado e foi iniciada a execução. A redução do contas a receber em relação ao exercício anterior de aproximadamente R$ 31 milhões se justifica, em grande medida, em função dos pagamentos realizados pelo Departamento de Logística do Quartel General do Exército (QGEx) e de cliente do exterior, bem como das baixas de provisões de receita, em cerca de R$ 10 milhões. A baixa de provisão realizada de cerca de R$ 8,5 milhões foi decorrente do contrato de gerenciamento da Fábrica Almirante Jurandyr da Costa Muller de Campos (FAJCMC), em virtude de restrições orçamentárias da MB. 6.Tributos a Recuperar: Os tributos a recuperar estavam assim representados:

	2023	2022
Saldo Negativo IRPJ CSLL - PFCT (a)	96.017	93.300
Saldo Negativo IRPJ CSLL - Npo (a)	10.369	3.464
Saldo Negativo IRPJ CSLL - Npa500-BR (a)	1.321	-
Saldo Negativo IRPJ CSLL - Suppressor (a)	142	-
Saldo Negativo IRPJ CSLL - EMGEPRON (b)	3.573	-
ICMS a Compensar RJ	12	417
INSS Retido na Fonte a Compensar	1.073	1.073
ISS a Ressarcir	3	17
Total	**112.510**	**98.271**

(a) O Saldo Negativo IRPJ/CSLL em sua maior parte refere-se às retenções sobre as aplicações financeiras dos recursos disponíveis dos projetos estratégicos em andamento pela empresa, cujos valores serão compensados em operações subsequentes. (b) O Saldo Negativo IRPJ/CSLL EMGEPRON corresponde às retenções de impostos e contribuições efetuados sobre o faturamento da empresa e por retenções sobre aplicações financeiras, por força da legislação, cujos valores serão compensados em operações subsequentes. 7.Adiantamentos: Os adiantamentos estavam representados por:

	2023	2022 Reapresentado
Adiantamentos a SPE - Águas Azuis Construção Naval (a)	-	88.770
Adiantamentos a SPE - Polar 1 (b)	-	22.739
Adiantamentos a Terceiros (c)	349	873
Adiantamentos a Empregados (d)	2.600	2.070
Total	**2.949**	**114.452**

(a) Adiantamentos a SPE – Águas Azuis Construção Naval refere-se a pagamento a título de *downpayment* e outros adiantamentos para a fabricação de 4 embarcações do Programa Fragata Classe Tamandaré, conforme previsto contratualmente. Como o bem, após a fabricação, pertencerá à Empresa, a partir do primeiro trimestre de 2023, em linha com o Pronunciamento Contábil CPC 27 – Ativo Imobilizado, estes adiantamentos foram reclassificados e passaram a ser contabilizados em conta específica do PFCT no Ativo Imobilizado. (b) Adiantamentos a SPE – Polar 1 Construção Naval refere-se a pagamento a título de *downpayment* para a fabricação de 1 embarcação de Apoio Antártico, conforme previsto contratualmente. Como o bem, após a fabricação, pertencerá à Empresa, a partir do primeiro trimestre de 2023, em linha com o Pronunciamento Contábil CPC 27 – Ativo Imobilizado, estes adiantamentos foram reclassificados e passaram a ser contabilizados em conta específica do Projeto NPo no Ativo Imobilizado. (c) referem-se a valores de adiantamentos junto a diversos fornecedores, totalizando R$ 349 mil. (d) referem-se a adiantamentos a título de salário, férias e 13º salário. 8.Estoques: Os estoques estavam representados da seguinte forma:

	2023	2022
Matéria Prima	15.154	14.205
Produção em Processo	-	451
Publicações	7	1
Total	**15.161**	**14.657**

Os valores em estoque referem-se, basicamente, aos insumos em poder da fábrica de munição da Marinha a serem utilizados na produção de munição para atender a encomendas de clientes extra-MB. 9.Depósitos em garantia: A tabela abaixo refere-se aos depósitos efetuados com o objetivo de fornecimento de garantias para fiel execução de contratos por serviços a serem prestados e/ou por conta de adiantamentos recebidos de clientes.

	2023	2022
Curto prazo	2.779	5.605
Banco do Brasil S.A.	800	2.987
Banco Caixa Econômica Federal	1.979	2.618
Longo prazo	4.547	4.643
Banco do Brasil S.A.	4.547	4.643
Total	**7.326**	**10.248**

Segue, abaixo, o detalhamento dos depósitos em garantias:

Cliente	**DATA**	**VENCIMENTO**	**TÍTULO**	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro	28/01/2020	05/12/2023	CAUÇÃO	1.007	1.007
Grupamento de Navios Hidroceanográficos	28/01/2020	29/08/2023	CAUÇÃO	172	172
Diretoria Geral Desenvolvimento Nuclear Tecnológico	12/05/2020	27/12/2023	CAUÇÃO	254	168
Sri Lanka	16/06/2020	21/05/2023	CDB(BB)	133	133
Exército Brasileiro - Departamento de Logísticas QGEx	17/12/2020	22/05/2023	CDB(BB)	-	754
Indústria de Material Bélido - IMBEL	13/05/2021	05/04/2023	CDB(BB)	-	259
Indústria de Material Bélido - IMBEL	13/05/2021	05/04/2023	CDB(BB)	-	2.727
Indústria de Material Bélido - IMBEL	25/08/2022	09/02/2024	CDB(BB)	96	96
Indústria de Material Bélido - IMBEL	25/08/2022	07/02/2025	CDB(BB)	423	423
Indústria de Material Bélido - IMBEL	25/08/2022	08/08/2025	CDB(BB)	3.991	3.991
Bangladesh	30/09/2022	01/11/2023	CDB(BB)	704	-
Laboratório Farmacêutico da Marinha	27/01/2023	31/12/2027	CDB(BB)	546	518
Total				**7.326**	**10.248**

A empresa adota como política fornecer garantias contratuais, por meio de garantia bancária, quando solicitadas pelo contratante, e/ou oferece caução em CDB, do Banco do Brasil, ou Depósito efetuado, na Caixa Econômica Federal, quando não especificado pelo cliente. 10.Depósitos Judiciais: Os depósitos judiciais estavam assim compostos:

Depósitos Para Recursos	**2023**	**2022**
Depósitos Por Ações Trabalhistas	11.016	14.401
Depósitos Por Ações Fiscais	1.230	7.683
Depósitos Por Ações Administrativas	133	133
Total	**12.379**	**22.217**

No cenário de restrições orçamentárias iniciada em 2015, a empresa precisou reduzir o seu efetivo de forma significativa. A partir de então, a quantidade de processos judiciais trabalhistas aumentou e, como consequência, a necessidade de efetuar depósitos judiciais para fazer a sua defesa. (a) A redução do saldo dos depósitos por ações trabalhistas ocorreu por pagamentos de condenações em processos. (b) Ademais, houve diminuição dos depósitos por ações fiscais, em decorrência de levantamento em face do arquivamento de processo de Ação Declaratória, com decisão favorável à União, que está mais bem detalhado na nota explicativa nº 20. 11.Imobilizados: O imobilizado da empresa está representado da seguinte forma:

Imobilizado	**Tx**	**Valor Depreciável 2023**	**Adições**	**Baixa**	**Depreciação do Período**	**Valor depreciável 2022 Reapresentado**
Programa Classe Tamandaré (a)	**4%**	5.081.719	1.592.903	-	-	3.488.816
Navio Polar Almirante Saldanha (b)	**10%**	111.936	81.177	-	-	30.759
Obras Civis	**4%**	7.331	-	-	(759)	8.090
Móveis e Utensílios	**4%**	284	111	-	(70)	243
Equip. Processamentos Dados	**10%**	1.156	749	(24)	(309)	740
Veículos	**20%**	40	-	-	(18)	58
Máquinas e Equipamentos	**4%**	2.205	45	-	(261)	2.421
Equipamentos de Comunicação	**10%**	121	-	-	(21)	142
Direito de Uso Software	**20%**	244	102	(112)	13	241
Benf. Propriedade de Terceiros (a)	**20%**	7.149	-	-	(4.535)	11.684
Total		**5.212.185**	**1.675.087**	**(136)**	**(5.960)**	**3.543.194**

(a) Programa Fragatas Classe Tamandaré: O Programa Fragatas da Classe Tamandaré (PFCT), como já mencionado, tem o objetivo de Recomposição do Núcleo do Poder Naval da Marinha do Brasil, iniciando-se com a construção de 4 Fragatas Classe Tamandaré. A variação observada decorreu, em grande medida, em função de desembolsos decorrentes da execução do contrato firmado junto à SPE Águas Azuis Construção Naval (R$ 1.515 milhões) e com diárias e passagens (R$ 1,6 milhão). Com relação aos gastos com diárias e passagens – PFCT, cabe observar: Os projetos de transferência de tecnologia (ToT) e a Gerência de Engenharia concentram os maiores gastos com diárias e passagens do Programa Fragatas Classe Tamandaré. Os Projetos de ToT incorrem em maiores desembolsos com diárias e passagens, pois estão relacionados aos diversos treinamentos que precisam ser realizados fora do país. A Gerência de Engenharia, por sua vez, é a responsável por realizar testes de fábrica (FAT) no exterior, antes de o embarque do material ser autorizado para o Brasil. É relevante, também, enfatizar que, no âmbito do PFCT estão previstos, além da construção de 4 Navios da Classe Tamandaré em estaleiro nacional e do desenvolvimento do Apoio Logístico Integrado (ALI), a Participação da Indústria Nacional, que pode ser desdobrado em três projetos distintos: Compensação Tecnológica, Industrial e Comercial - Offset, Conteúdo Local e Transferência de Tecnologia (ToT). Em relação a ToT, os dois grandes sistemas digitais operativos de bordo (CMS – Combat Management System e IPMS – Integrated Platform Management System) estão sendo desenvolvidos e integrados pela SPE contratada, com a obrigatória participação de empresa(s) brasileira(s), preferencialmente Empresa(s) Estratégica(s) de Defesa (EED), com expertise em sistemas de comando e controle. Todo esse processo objetiva garantir o envolvimento pleno da MB, a fim de lhe assegurar o total domínio do conhecimento gerado (desenvolvimento e integração), permitindo a independência nas manutenções e modernizações de hardware e software, durante o ciclo de vida dos Navios. Por fim, ao final do 4º trimestre de 2023 os desembolsos acumulados totalizavam cerca de R$ 5,36 milhões. (b) Navio Polar Almirante Saldanha: O Programa Navio Polar Almirante Saldanha (NPo) tem como objetivo a obtenção de um navio quebra-gelo dotado de modernos laboratórios e elevada capacidade logística, que possibilitará um aumento significativo das áreas que poderão ser alcançadas pelos projetos de pesquisa no Continente Antártico, conforme anteriormente abordado. A variação observada decorreu, em grande medida, de desembolsos referentes à execução do contrato firmado junto à SPE Polar 1 (R$ 74,8 milhões) e com a mão de obra empregada na gestão do Projeto (R$ 6,2 milhões). As benfeitorias em propriedade de terceiros são compostas pelos seguintes investimentos:

Benfeitorias na MB	**2023**	**2022**
Fábrica Almirante Jurandyr da Costa Mulher de Campos - FAJCMC (i)	5.635	9.901
Base de Hidrografia da Marinha e Navegação - BHMN (ii)	1.505	1.773
Outros	9	10
Total	**7.149**	**11.684**

(i) Os investimentos realizados na Fábrica Almirante Jurandyr da Costa Muller de Campos (FAJCMC) permitiram dispor de equipamentos e instalações que proporcionaram o aumento de sua capacidade de produção de novos tipos/calibres de munição, além de elevar a produtividade na fabricação de estojos. Tais melhorias possibilitaram a abertura de contatos comerciais e a exploração de novos mercados. (ii) As benfeitorias realizadas na BHMN compreendem a modernização dos equipamentos da Gráfica e na restruturação do website de Cartas Náuticas. A complementação da modernização dos equipamentos da Gráfica da BHMN proporcionou rapidez e melhor qualidade de impressão dos produtos voltados à comunidade marítima e à Marinha do Brasil. Adicionalmente, proporcionou um aumento na confiabilidade da linha de produção. Assim, obteve-se aumento da produção, possibilitando a utilização de toda a capacidade instalada (equipamentos). Esse incremento está materializado na oferta de cartas náuticas e publicações náuticas para atendimento às necessidades dos marítimos e da Marinha do Brasil. Já o investimento promovido no website possibilitou aprimorar a interface para comercialização de cartas e produtos náuticos, bem como a inserção da empresa em um novo mercado: a comercialização de Cartas de Navegação Eletrônica (ENC), por intermédio de um GEOPORTAL. 12.Intangível: O intangível da empresa estava assim representado:

Intangível	**2023**	**2022**
Projeto Navio Patrulha 500 (a)	2.779	2.750
Estrutura com a Gestão de Projeto - NPa500MB (a)	422	-
Estrutura com a Gestão de Projeto - Suppressor (b)	243	-
Total	**3.444**	**2.750**

(a) Atualmente, existem duas contas referentes ao Projeto Navio Patrulha de 500 toneladas sendo que a primeira se refere ao Projeto Básico que possibilita à EMGEPRON construir navios e a segunda, à estrutura com a gestão para a construção do primeiro navio. A ideia do projeto do NPa 500-BR surgiu na EMGEPRON, em 2013, quando do início das discussões com o Ministério da Defesa de Angola para o Programa PRONAVAL que, entre outras atividades previa a construção de 6 NPa de 500 toneladas. Na ocasião, a intenção era utilizar o NPa Classe "Macaé" e consultada a empresa Constructions Mécaniques de Normandie (CMN), detentora do projeto, esta acenou com a cobrança de Royalties de cerca de 1 milhão de Euros por navio, que inviabilizava o preço de venda. A expectativa da EMGEPRON era que a CMN se orientasse pelo que previa no Contrato com a Marinha (Diretoria de Engenharia Naval - DEN) no qual os royalties eram decrescentes com uma quantidade crescente de meios construídos. Além disso, podem ser listados como motivadores para o Projeto: (a) a previsão de construção de mais 20 NPa para a MB; (b) a possibilidade de a EMGEPRON ter um novo produto para exportação; (c) a obsolescência das linhas do projeto em relação aos Navios-Patrulha em construção; e (d) a possibilidade de contribuir com o aprimoramento do pessoal do Centro de Projetos de Navios (CPN), com "on the job training" em um projeto naval com ampla aplicabilidade. Para que o Navio se tornasse realidade, em 10 de abril de 2015 a EMGEPRON e o CPN celebraram um documento administrativo estabelecendo uma parceria com vistas a promover a participação das duas Partes no desenvolvimento do Projeto Básico de Engenharia para a sua construção. O projeto básico define, dentre outros pontos, o navio enquanto objeto: a forma do casco, a estrutura, todos os sistemas de máquinas, de propulsão, de navegação, de fundeio, os equipamentos de salvatagem, o mastro e as luzes de navegação, as acomodações, o arranjo geral e a compartimentação. (b) Projeto USV Suppressor: O desenvolvimento inicial do conceito do Suppressor foi feito ao longo de 2022, em conjunto pelas Empresa Tidewise e EMGEPRON, focando inicialmente na necessidade de substituição dos navios varredores de minas da Marinha brasileira e com a expectativa de financiamento lastreado no orçamento desta. Durante o processo, a EMGEPRON identificou que, em junho daquele ano, a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) ofereceu ao mercado um chamamento público para a subvenção de "Inovação para a Base Industrial de Defesa (BID)", o que abriu uma oportunidade para o financiamento do projeto. Tendo tido seu projeto preliminarmente aprovado na chamada pública da FINEP, mas não contemplado com os recursos subsidiados necessários ao seu desenvolvimento, a Diretoria da EMGEPRON definiu, no início de 2023 pela sua continuidade, reservando para isso recursos orçamentários próprios, sujeitos à aprovação final do investimento. Em março de 2023, a EMGEPRON solicitou através de consulta pública (RFI nº 01/2023), uma requisição de informações, junto a empresas brasileiras, de controle de capital nacional, objetivando identificar alternativas à Tidewise para o desenvolvimento tecnológico do projeto, não obtendo sucesso, o que caracterizou a exclusividade da Tidewise como única fornecedora e parceira potencial no seu projeto. Desta forma, ao longo do ano de 2023, EMGEPRON vem trabalhando, com o apoio da Tidewise, na discussão de conceitos e planos para o desenvolvimento do projeto, tendo a EMGEPRON negociado um Acordo de Cooperação Técnica (ACT) com a MB (formalizado em 7 de agosto de 2023), e cujo objeto é a elaboração de protocolos adequados à aplicação de sistemas autônomos em contramedidas de minagem. Em agosto de 2023, diante das perspectivas de negócio identificadas e de requisitos operacionais da Marinha do Brasil para o uso conjugado a suas embarcações, a Emgepron definiu por ajustes de configuração original e planejamento do projeto conceitual do Projeto Suppressor, que passou a considerar a elaboração inicial de dois projetos de engenharia e a construção de apenas uma embarcação. Assim, com o mesmo orçamento global de investimento, será possível alavancar o uso da mesma tecnologia desenvolvida para acelerar o atendimento de vários mercados e demandas potenciais de defesa. Serão, portanto, desenvolvidos os projetos do Suppressor 7 (7 metros de comprimento) e Suppressor 11 (11 metros de comprimento), sendo contratada apenas a construção do menor, que atenderá imediatamente aos mercados que exijam operações costeiras próximas ou fluviais e ao Programa de Desenvolvimento de Navios-Patrulha (PRONAPA), da MB. O PRONAPA prevê a construção de navios patrulha (projeto em desenvolvimento pela EMGEPRON) equipados com embarcações autônomas para contramedidas de minagem. Como parte das discussões do escopo das atividades do Acordo de Cooperação Técnica (ACT), a empresa e a MB acordaram a participação de uma embarcação da Tidewise, o "USV W Tupan I", na MINEX 23 em Salvador. Em reunião de Diretoria do dia 14 de agosto 2023, a EMGEPRON decidiu pela continuidade do empreendimento, considerando o desenvolvimento de projetos para embarcações de 7 e 11 metros, sendo a construção prevista, inicialmente, apenas para as embarcações de 7 metros. A negociação final estava condicionada à avaliação quanto ao desempenho da embarcação da Tidewise na MINEX 23, o que foi realizado com sucesso e grande repercussão de mídia em novembro de 2023. O Projeto USV Suppressor tem por missão "Desenvolver, em conjunto com empresas especializadas parceiras, soluções de defesa e segurança marítima tecnologicamente competitivas, de domínio brasileiro, baseadas em navegação autônoma e integração de sistemas, com foco primário nas Marinhas e Guardas Costeiras do mercado alvo, e diferencial competitivo em custos". A expectativa de resultado econômico é muito favorável e os mercados-alvo principais são defesas (Marinha do Brasil e de nações amigas), com foco em medidas de contraminagem e patrulha, segurança pública, monitoramento de ativos offshore, levantamento hidrográfico e pesquisa oceanográfica, versatilidade viável em função da intercambialidade de sensores que o software permite e de suas características construtivas. 13.Gerenciamento de Recursos da MB: Representam, basicamente, valores recebidos de clientes por conta de serviços a serem executados. Parte desses recursos são utilizados em projetos das respectivas OMPS. Na gestão destes projetos, a EMGEPRON aufere receitas apropriadas durante o período de execução, conforme contratos firmados entre as partes.

	2023	2022
Base de Hidrografia da Marinha em Niterói	4.884	5.269
Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro	3.580	3.094
Base Naval Aratu	1.245	672
Comando do 1ª Distrito Naval	599	599
Base Almirante Castro e Silva	131	537
Diretoria de Portos e Costas	116	77
Base Naval de Natal	75	-
Comando do 8º Distrito Naval	-	460
Centro de Projetos de Navios	-	60
Base Naval Val-de-Cãs	-	35
Total	**10.630**	**10.803**

14 – Obrigações Tributárias: As obrigações tributárias estavam assim compostas:

	2023	2022
IRPJ/CSLL a Recolher	10.879	18.788
COFINS a Recolher	3.359	4.096
Impostos Retidos a Recolher	7.998	4.304
Provisão Impostos Retidos	24	2.003
IRRF a Recolher	1.816	1.531
PASEP a Recolher	590	681
Diferimento do COFINS	423	1.524
ISS a Recolher	833	463
Diferimento do PASEP	92	331
Total	**26.014**	**33.721**

As obrigações tributárias a pagar de curto prazo referem-se às apurações de dezembro de 2023 e serão recolhidas nos meses subsequentes ao do fato gerador. Com relação ao IRPJ/CSLL, sua composição é resultado dos valores apurados no quarto trimestre e serão recolhidos até o último dia útil do mês subsequente. 15.Obrigações Trabalhistas: As obrigações trabalhistas estavam assim compostas:

	2023	2022
Provisão para Férias	10.756	10.353
INSS - Folha de Pagamento	1.933	1.801
FGTS - Folha de Pagamento	783	657
Salários a Pagar	4	-
Total	**13.476**	**12.811**

Os acréscimos observados são decorrentes dos reajustes salariais concedidos por força do Acordo Coletivo de Trabalho. 16.Antecipações de Clientes: As antecipações de clientes apresentavam os seguintes saldos:

	2023	2022
Marinha do Brasil	**24.258**	**2.886**
Navio Tanque Gastão Motta	21.830	-
Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro	275	679
Grupamento de Navios Hidroceanográficos	162	653
Comando de Operações Navais	621	928
Laboratório Farmacêutico da Marinha	932	-
Diretoria de Sistemas Armas da Marinha	166	626
Diretoria de Portos e Costas	272	-
Entidade da Administração Pública	**407**	**11.478**
Petróleo Brasileiro - Petrobrás	-	7.873
Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL	407	3.605
Empresa Brasileira de Partic. Em Energia Nuclear e Binacional S.A.	-	-
Pessoa Jurídica de Direito Privado	**16.556**	**14.010**
Fraternidade São Francisco de Assis	-	24
Leilão (Diversos)	14.909	11.859
Outras	1.647	2.127
Total	**41.221**	**28.374**

Em relação ao grupo de Antecipações de Clientes, os valores são realizados à medida que os serviços são prestados pela EMGEPRON. A principal variação observada no período diz respeito à recente assinatura do contrato de gerenciamento da manutenção do Navio Tanque Gastão Motta, que prevê em seu bojo antecipação de recursos na ordem de R$ 22 milhões. 17.Garantias Recebidas: A empresa, contratualmente, em determinados serviços, solicita aos contratados garantias financeiras, em carta de fiança ou depósitos bancários, com validade de 30 dias após o efetivo encerramento do serviço, a fim de garantir a liquidação de eventual pendência financeira, bem como pagamento por serviços adicionais fornecidos e quitação de multa e juros de mora, caso venham a ocorrer.

	2023	2022
Garantias Recebidas	4.399	4.988
Total	**4.399**	**4.988**

O quadro a seguir detalha as garantias em 31 de dezembro de 2023:

Recebido de Clientes	**4.361**	**Recebido de Clientes**	**38**
América	241	CIEDS	2
Assoc. Espaço Social Cidadania p/Todos	8	Convicta Aud. Indep.	1
Clk Serviços Navais	5	Digitro	1
Cpmais Serv. De Consultoria	3	ECO Ambiental Com. e Transp. de Resíduos	6
Dofcon Navegação	739	ENFEMED - Garantia	3
Empresa de Navegação Elcano	418	Engecrol	11
FH Transportes	6	FKL Máquinas	6
Frota	10	Gusmão	1
Fundação Sousandrade de Apoio ao Desen. Da UFMA	15	Prodwin Tecnologia	2
Gavea Logistica	542	SeparAr	2
Internacional Travessias Salvador S.A	137	Wimpar Comercial	3
Log Star	30		
Matro	18		
Noir - Naval Ocean	54		
Rona Medições	3		
Saam Smit T	63		
Saveiros	50		
Solana Agência Marítima	250		
Strong	478		
STR	2		
Sulnort	60		
Superbraço Serviços Marítimos	1.150		
Transocean	6		
Wilson Sons	8		
World Transportes	65		
Total - Garantias Recebidas			**4.399**

Em 31 de dezembro de 2022 a composição era:

Recebido de Clientes	**4.518**	**Recebidas de Fornecedores**	**470**
Technip Brasil	800	Technip Brasil	400
SOK Denizcilik	784	Motta Fernandes Rocha	30
Superbraço Serviços Marítimos	750	Engecrol	11
Poisedon	548	RCL Com de Mat de Constr e Serv	6
Strong	478	FKL Máquinas	6
Internacional Travessia Salvador S.A.	289	Inova Ind. E Com. De Tintas	3
América	241	ENFEMED - Garantia	3
Subsea 7	184	Wimpar Comercial	3
Gavea Logistica	135	CIEDS	2
Saam Smit T	63	Prodwin Tecnologia	2
Sulnorte	56	SeparAr	2
Saveiros	50	Convicta Aud. Indep.	1
GQA Consultorias	30	Digitro	1
Log Star	30	Gusmão	1
Matro	18		
Frota	10	**Total - Garantias Recebidas**	**4.988**
Assoc. Espaço Social Cidadania p/Todos	8		
Wilson Sons	8		
Kongsberg Maritime do Brasil	7		
Transocean	6		
FH Transportes	6		
Clk Serviços Navais	5		
Cpmais Serv. De Consultoria	3		
Rona Medições	3		
STR	2		
C B Rebocadores	2		

continua

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2024.04.05 06:51:13 -03'00'

EMGEPRON

EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS - EMGEPRON

CNPJ nº 27.816.487/0001-31

18.Dividendos e JSCP: Os dividendos e o juros sobre o capital próprio a pagar, estavam assim representados:

	2023	2022
Juros Sobre Capital Próprio	145.854	155.842
Total	**145.854**	**155.842**

A Empresa tem adotado como política de distribuição de dividendos remunerar a União com o pagamento de Juros Sobre o Capital Próprio - JSCP, correspondentes a 25% do lucro líquido ajustado (dividendos mínimos obrigatórios), ou seja, após a retenção de 5% de reserva legal. O valor provisionado após a apuração do resultado do quarto trimestre de 2023, foi de R$ 30.485 mil que, somado ao apurado no trimestre anterior totalizou R$ 145.854 mil. Esses juros poderão ser compensados com os dividendos mínimos obrigatórios, conforme faculta a legislação vigente, e submetidos ao Conselho Fiscal, Conselho de Administração da Empresa, e ao Ministro da Fazenda, conforme determina o art. 4º do Decreto nº 2.673/98. No mês de maio de 2023, foi realizado o pagamento dos JSCP referentes ao exercício de 2022, no valor de R$ 155.842 mil, após aprovação da AGO realizada em 27 de abril de 2023. 19.Outras Contas a Pagar: As outras contas a pagar estavam assim compostas:

	2023	2022
Fornecedores (a)	611	85.446
Contas a Pagar - Comissão de Agente (b)	62	234
Contas a Pagar - Empréstimo Consignado	69	75
Contas a Pagar - Rescisões	63	17
Contas a Pagar - Indeniz.Terceiros	6	6
Contas a Pagar - Contrib Sindical e Assistencial	7	2
Contas a Pagar - Pensões Alim.	-	2
Total	**818**	**85.782**

(a) A variação da conta fornecedores ocorreu principalmente em função do pagamento realizado à Águas Azuis Construção Naval SPE LTDA, em janeiro de 2023, conforme evidenciado no detalhamento abaixo:

Fornecedores	**2023**	**2022**
Benner Sistemas	-	7
Cecil S/A	270	523
Empresa de Telefonia Claro	188	616
Águas Azuis Construção Naval SPE Ltda	-	84.251
Villares Metais S/A	19	-
Fornecedores Diversos	134	49
Total	**611**	**85.446**

(b) As despesas com comissão de agente referiam-se ao compromisso contratual de exportação assumido pela EMGEPRON. 20.Provisão para Contingências: As provisões trabalhistas, fiscais e administrativas, estavam assim dispostas:

	2023	2022
Provisão para Passivos Trabalhistas (a)	15.523	30.217
Provisão para Contingências Fiscais (b)	4.375	8.149
Provisao para Riscos Administrativos (c)	1	243
Total	**19.899**	**38.609**

(a) As variações na conta "provisão para passivos trabalhistas" ocorreram em função, principalmente, de reversão de provisões e da reclassificação dos riscos nos processos judiciais trabalhistas em andamento. A Administração da empresa, suportada pela opinião de sua assessoria jurídica, avaliou a possibilidade de ocorrência de contingências passivas da seguinte forma: Provisões de ações trabalhistas que se caracterizam como prováveis: A principal causa das evoluções dos passivos contingenciados se refere ao ingresso de novas demandas; à alteração do valor provisionado em razão da homologação de cálculos de liquidação (anteriormente considerado o valor da causa); e à mudança do grau de risco decorrente de sentença desfavorável. As ações envolvendo diferenças decorrentes do Enquadramento Sindical Metalúrgicos alteraram o risco de possível para provável, em razão da improcedência da Ação Rescisória que discutia a representatividade sindical dos empregados da EMGEPRON. Recentemente, a decisão foi modificada no TST, o que significa dizer que 493 ações serão extintas. Em vista do exposto, houve alteração no grau de risco das ações que postulam diferenças decorrentes do enquadramento no Sindicato dos Metalúrgicos, após a mencionada decisão favorável da Ação Rescisória, que afastou o referido enquadramento e do arquivamento de demandas já finalizadas, totalizando cerca de R$ 15 milhões. A maior parte das ações consideradas prováveis se referem: a horas extras de empregados lotados nos projetos da Empresa; Piso de engenheiros (definido por lei); e Reintegrações sem motivação ou com motivação não aceita pela justiça. (b) Provisão tributária, que tem por base a existência de Ação Declaratória, atrelada a uma execução fiscal, que teve o valor reduzido de R$ 21.079 mil para R$ 4.375 mil, com base em decisão administrativa da Receita Federal. Da mesma forma, se discute nos autos dos embargos à execução deste valor remanescente que não foi reduzido na via administrativa, estando o processo em fase de perícia judicial contábil. Mister ressaltar que o processo se encontra garantido por meio de seguro judicial, contratado para essa finalidade. Releva mencionar que até o 3º trimestre de 2023, constava provisionada, ainda, intimação da Secretaria da Receita Federal (SRF) pela Comunicação nº 705/2011 para a empresa recolher o valor corrigido de R$ 3.773 mil. O valor apurado teve por origem o pedido de compensação de débitos no exercício de 2004, com saldos credores existentes de pedidos de restituições efetuados nos exercícios de 1998 e 1999. Estes créditos que já haviam sido constatados pela SRF, por meio de diligência realizada em 20 de setembro de 2002. Em 2009, após nove anos do fato gerador, a SRF pôs em dúvida a existência de tais créditos. A empresa, por não concordar, recorreu ao judiciário para anular a decisão. No entanto, a ação Declaratória de Inexistência de Débito proposta pela EMGEPRON foi arquivada, com decisão favorável à União. O depósito judicial atualizado foi levantado conforme já informado na nota explicativa nº 10. (c) Provisões de ações administrativas que se caracterizam como prováveis. A ação administrativa classificada como provável se refere a candidato aprovado em concurso público, dentro do número de vagas, que foi julgada procedente para contratação, não tendo o candidato obtido êxito em relação aos danos morais e lucros cessantes. De acordo com o CPC 25 que trata das Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes, a contabilização das contingências segue as seguintes premissas: - Provável: a assessoria jurídica julga com grau relevante de certeza que a empresa perderá, tendo prejuízo financeiro e contabilização a ser realizada; - Possível: a assessoria jurídica julga com mesmo grau de possibilidade a perda ou ganho por parte da empresa, ou seja, há grande incerteza não havendo contabilização a ser realizada; - Remota: a assessoria jurídica julga com grau relevante de certeza o ganho por parte da empresa, não havendo contabilização a ser realizada. As referidas premissas foram avaliadas e constam adequadamente nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023. Existem outras ações trabalhistas, fiscais e administrativas com valores aproximados de R$ 38.851 mil, R$ 6 mil e 2.754 mil, respectivamente, que, por caracterizarem-se como possíveis, não foram contabilizadas, em atendimento ao que preconiza o Pronunciamento CPC 25. Na esfera trabalhista, são classificadas com risco possível, ainda com algum risco de modificação na fase recursal. As ações de consignação em pagamento e as favoráveis com risco reduzido na fase recursal são reclassificadas como remotas. Na esfera administrativa, a Ação Popular está classificada como possível, mas será extinta em razão da perda do objeto. Ainda há ações que discutem concurso público e contratações (processos licitatórios), mas sem riscos relevantes para a Empresa. Na parte tributária judicializada, há ações anulatórias que questionam débitos tributários e estão garantidas por depósito judicial e seguro garantia. Acordo Judicial – Tokio Marine Brasil Seguradora: Trata-se de ação de cobrança de seguro garantia do contrato celebrado entre a EMGEPRON (autora) e a empresa Edwal Engenharia Ltda., que foi rescindido, no valor de R$ 691 mil, decorrente do inadimplemento da contratada. O juiz julgou improcedente o pedido, condenando a EMGEPRON nos honorários advocatícios mínimos, na forma do §3º do art. 85 do CPC. A condenação, na forma do inciso II, do § 3º do art. 85 do CPC, deverá ser de 8% sobre o valor atualizado da causa, correspondente a R$ 94 mil, em 30 de junho de 2022. A EMGEPRON interpôs recurso de apelação, e o TRF 2ª Região, em 17 de maio de 2023, julgou o recurso de apelação da EMGEPRON, provendo-o, vindo a condenar a empresa Tokio Marine Brasil Seguradora a pagar a quantia de R$ 691 mil, com as correções legais. As partes litigantes firmaram Acordo pondo fim ao processo, tendo a empresa Tokio Marine Brasil Seguradora efetuado o pagamento de R$ 1.900 mil em favor da EMGEPRON no mês de julho de 2023. 21.Capital Social: O capital social da EMGEPRON, subscrito e integralizado pela União, representa cerca de R$ 3.634.385 mil ao final de 2023. O aumento em relação ao saldo anterior de 1.359.353 mil é justificado pela incorporação do AFAC e de reservas ao capital social, após as deliberações da Assembleia Geral, realizada em 27/04/2023.

	2023	2022
Capital Social Integralizado	3.634.385	1.359.353
Total	**3.634.385**	**1.359.353**

22.Adiantamento para Futuro Aumento de Capital: Os adiantamentos para futuro aumento de capital totalizam:

	2023	2022
Adiantamento Aumento de Capital	7.083.857	9.266.360
Total	**7.083.857**	**9.266.360**

A União, com o objetivo de recompor o Núcleo do Poder Naval da Marinha do Brasil, capitalizou a empresa para a construção de 4 (quatro) Fragatas da Classe Tamandaré e obtenção de 1 (um) Navio Polar. Intenciona-se que, na medida em que ocorra a efetiva execução dos investimentos, que os valores constantes do AFAC sejam integralizados ao capital social da empresa. Com a aprovação da incorporação do AFAC ao Capital Social em proposta da Diretoria, após as deliberações da Assembleia Geral, realizada em 27 de abril de 2023, o saldo passou a totalizar R$ 7.083.857 mil. 23.Reserva de Lucros: As reservas de lucros estavam assim representadas:

	2023	2022
Reservas de Retenção de Lucros	943.240	598.207
Reserva Legal	99.614	68.907
Total	**1.042.854**	**667.114**

Com a aprovação da incorporação de reservas ao capital social em proposta da Diretoria, após as deliberações da Assembleia Geral, realizada em 27 de abril de 2023, o saldo da reserva de retenção de lucros totalizava R$ 505.677 mil, e após a apuração do resultado do exercício, com nova constituição de reserva, seu saldo passou a representar o valor de R$ 943.240 mil, enquanto a reserva legal encerrou 2023 com o montante de R$ 99.614 mil. 24.Receita Líquida: As receitas líquidas estavam compostas da seguinte forma:

	2023	2022
Receitas das Vendas de Serviços - No País (a)	120.892	122.924
Receitas das Vendas para Exportação (b)	16.103	7.669
Receitas das Vendas de Mercadorias - No País	19.053	37.939
Tributos Sobre As Vendas e Serviços (c)	(19.827)	(17.150)
Total	**136.221**	**151.382**

Em função de frustração das "Receitas das Vendas de Serviços" no exercício de 2023, os valores fecharam abaixo do ocorrido em 2022, em decorrência de restrições orçamentárias determinadas pelo Governo, que afetaram os recursos financeiros disponíveis para o Ministério da Defesa e, consequentemente, para a Marinha do Brasil e para o Exército Brasileiro. Os seguintes fatos geraram frustração de receitas em 2023: (a) Impossibilidade de a Diretoria de Sistema de Armas da Marinha (DSAM) demandar a totalidade de serviço previsto pela EMGEPRON no contrato de gerenciamento da FAJ; (b) Redução da demanda de serviços de apoio técnico e operacional pelo Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro (AMRJ), Centro de Manutenção de Sistemas (CMS), Coordenadoria-Geral do Programa de Desenvolvimento de Submarino com Propulsão Nuclear (COGESN) e Diretoria de Portos e Costas (DPC); (c) Redução da demanda de serviços de apoio técnico e operacional por evasão de funcionários motivados por questões salariais no Hospital Marcílio Dias (04 pedidos de demissão e 01 cessão para a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP); e (d) Redução na solicitação para o fornecimento de munições e seus componentes pela IMBEL e pelo Exército brasileiro. Por outro lado houve: (a) Aquecimento do mercado de apoio offshore que incrementou a busca pelos serviços de gerenciamento de apoio e facilidade para a reparação naval nas Bases Navais das Organizações Militares Prestadoras de Serviços (OMPS), bem como, de comercialização de cartas, dados e produtos náuticos; (b) Desenvolvimento de novos medicamentos, constantes da Lista de Produtos Estratégicos do Ministério da Saúde (MS) e destinados aos seus programas sociais, que geraram mais encomendas ao Laboratório Farmacêutico da Marinha (LFM) e, por conseguinte, maior demanda por serviços de apoio técnico e operacional da EMGEPRON; e (c) Descomissionamento e a alienação, pela Marinha, de material inservível que proporcionou um significativo aumento de receita operacional em relação à 2022. 25.Custo das Mercadorias Vendidas e dos Serviços Prestados: Os custos das mercadorias vendidas e dos serviços prestados estavam compostos da seguinte forma:

	2023	2022
Custos com Pessoal (a)	80.365	78.471
Custos com Serviços Contratados (b)	44.688	31.304
Custos com Materiais (c)	15.303	20.873
Custos Financeiros	567	1.461
Total	**140.923**	**132.109**

Os custos das mercadorias vendidas e serviços prestados foram superiores no exercício de 2023, em relação ao observado em 2022, em função, principalmente, do aumento nos custos com serviços contratados. a) Custos com Pessoal: Os custos com pessoal mantiveram-se em patamar similar ao mesmo período do exercício anterior.

	2023	2022 Reapresentado
Remuneração	42.242	41.824
Encargos Sociais	29.254	28.452
Outros	8.869	8.195
Total	**80.365**	**78.471**

b) Custos com Serviços Contratados	2023	2022
Serviços Prestados Pelas OMPS	**19.824**	**16.042**
Serviços Profissionais Contratados - PJ	17.151	7.677
Energia Elétrica	1.960	2.155
Serviços Profissionais Contratados - PF	1.562	2.173
Limpeza e Conservações	1.161	1.165
Manutenção de Instalações	1.104	713
Publicações Oficiais	22	279
Água /Aluguel / Condomínio	223	226
Estagiários Contratados (Demais Áreas)	192	209
Outros Serviços de Processamento de Dados	125	165
Serviço de Consultoria	110	218
Outros Serviços	1.047	94
Manutenção de Viaturas	86	85
Seguro	23	65
Comunicações	49	25
Publicações / Revistas / Assinaturas	10	7
Serviços PF e PJ na Área de TI	-	3
Portes e Telegramas	4	3
Manutenção de Equipamentos	35	-
Total	**44.688**	**31.304**

Observa-se um aumento de cerca de 43% no grupo "custos com serviços contratados" em relação ao ano anterior, principalmente, pelo acréscimo na conta serviços profissionais contratados – PJ, de serviços prestados pelas OMPS e outros serviços, em virtude do aumento no faturamento de apoio e facilidades no reparo naval nas bases da MB e aumento na venda de produtos náuticos. c) Custos com Materiais

	2023	2022
Insumos/Mercadorias Outros Fornecedores	9.530	15.741
Materiais Gerais de Consumo	4.901	3.741
Insumos/Mercadorias Fornecidos Pelas Omps	829	1.353
Outros	43	38
Total	**15.303**	**20.873**

A redução dos custos com materiais está relacionada à queda da receita com venda de munição para o EB. 26.Despesas Administrativas: As despesas administrativas estavam assim compostas:

	2023	2022 Reapresentado
Despesas com Pessoal (a)	20.957	19.157
Despesas com Serviços Contratados (b)	5.458	6.844
Despesas com Materiais (c)	453	499
Despesas com Depreciação e Amortizações	6.080	2.762
Total	**32.948**	**29.262**

A variação mais expressiva nos grupos de contas acima é observada nas despesas com "depreciação e amortizações" decorrentes, principalmente, de amortizações das benfeitorias realizadas na FAJ. a) Despesas com Pessoal em 31/12/2023 a conta de despesas com pessoal estava representada com a composição descrita no quadro a seguir:

	2023	2022
Despesas com Remuneração	11.506	10.506
Despesas com Encargos Sociais	6.269	5.967
Outras	3.182	2.684
Total	**20.957**	**19.157**

b) Despesas com Serviços Contratados: As despesas com serviços contratados figuravam no exercício findo em 31/12/2023, conforme quadro a seguir:

	2023	2022 Reapresentado
Serviços Profissionais Contratados - PJ	549	1.930
Seguros	95	806
Energia Elétrica/Gás	651	668
Manutenção de Sistemas	773	677
Serv. Prof. Contratados PJ - Área de TI	484	230
Manutenção de Instalações	418	377
Serviço de Consultoria	173	176
Limpeza e Conservação	399	373
Eventos de Relações Públicas	50	136
Taxa de Condomínio	187	166
Outros Serviços	156	83
Publicidades / Revistas / Assinaturas	81	69
Manutenção de Equipamentos de TI	211	109
Serviços e Materiais Promocionais	75	51
Estagiários Contratados (Demais Áreas)	60	49
Água/Aluguel	138	105
Serviços Profissionais Contratados - PF	38	116
Manutenção de Equipamentos	-	31
Portes e Telegramas	36	35
Publicações Oficiais	10	26
Serviço de Auditoria	23	19
Serv. Prof. Contratados PF - Área de TI	-	24
Manutenção de Viaturas	12	27
Comunicações	379	407
Feiras e Eventos	349	85
Patrocínios	88	69
Outros Serviços de Processamento de Dados	23	-
Total	**5.458**	**6.844**

No quarto trimestre de 2023, foi possível observar uma diminuição nas despesas com serviços contratados, em função, principalmente, da Redução na conta "Serviços Profissionais Contratados – PJ", em virtude de gastos com concurso realizado em 2022. Ademais, em 2023 verifica-se redução nos gastos com seguros, uma vez que no exercício anterior houve necessidade de contratação de seguro-garantia com base nos dispositivos legais, em virtude das execuções fiscais, conforme mencionado na nota explicativa nº 31. c) Despesas com materiais de consumo: As despesas com materiais de consumo tinham a seguinte composição:

	2023	2022
Materiais Gerais de Consumo	346	440
Materiais de TI (Suprimentos de Informática)	44	28
Materiais de Expediente	37	31
Outros	26	-
Total	**453**	**499**

27.Outras Receitas e Despesas:	2023	2022 Reapresentado
Ajustes do Exercício Anterior	-	2.234
Reversão Provisão Trabalhista (a)	14.937	-
Receitas de Concursos	-	819
Demais Receitas	2.062	683
Receitas de Venda de Bens Patrimoniais	-	6
Receitas Repasse Emprést. Consignação	1	1
Reversão de Provisão Fiscal	3.773	-
Baixa do Ativo Imobilizado	(15)	(6)
Reversão de Despesas	317	-
Multas Contratuais	419	15
Provisão para Perda com o PAMSE	-	(19)
Indenizações de Seguros	-	4
Perda com Contas à Receber (a)	(8.957)	-
Perda com Processos Trabalhistas (b)	(3.113)	-
Perda com Processos Fiscais (b)	(3.202)	-
Carta de Crédito	(557)	-
Serviços Profissionais Contratados - PJ	(7)	(5)
Garantias	(14)	-
Frete (c)	(1.388)	(9)
Comissão de Agente	(193)	-
Doações	(45)	-
Outras Despesas Não Operacionais	(397)	(39)
Reversão de Provisão	-	(1.331)
Perdas com Renegociação de Contratos	-	(1.762)
Passivo Trab/Adm/Tribut	-	(6.156)
Despesas com Tributos (d)	(997)	(793)
Total	**2.624**	**(6.358)**

(a) A variação nesse subgrupo se deve, essencialmente, às "reversões de provisões trabalhistas" (R$ 14.937 mil), que se justifica pela decisão favorável da ação rescisória mencionada na nota explicativa nº 20 e pelas "perdas com contas a receber" (R$ 8.957 mil), abordado na nota explicativa nº 6. (b) Ademais, releva mencionar que as perdas com processos trabalhistas e fiscais de R$ 3.113 mil e R$ 3.202 mil respectivamente, se devem às baixas realizadas em depósitos judiciais, em virtude de decisões desfavoráveis à EMGEPRON, tratadas na nota explicativa nº 10. (c) Por fim, a empresa realizou em 2023 despesas comerciais com frete de aproximadamente R$ 1.388 mil em função de exportação de munição para a República da Tunísia. (d) As despesas com tributos apresentaram a seguinte composição:

	2023	2022 Reapresentado
COFINS sobre Outras Receitas	393	64
PASEP sobre Outras Receitas	64	10
ICMS - Diferencial de Alíquota	39	50
ICMS, PIS, COFINS, IPI, II e Taxa Siscomex	439	-
Taxas Diversas	61	659
IPVA	-	2
IOF	-	8
Custas Contratuais e Processuais	1	-
Total	**997**	**793**

28.Receitas e Despesas Financeiras: As receitas e despesas financeiras do período totalizaram os valores expressos no quadro a seguir no exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

Resultado Financeiro Líquido	**2023**	**2022** Reapresentado
Receitas Financeiras	**930.960**	**982.628**
Rendimentos de Aplicações - PFCT	799.082	883.628
Rendimentos de Aplicações - NApAnt	97.283	89.024
Rendimentos de Aplicações - NaPA-500t	17.235	921
Rendimentos de Aplicações - USV Suppressor	1.661	-
Variações Monetárias	10.945	3.261
Variações Cambiais	36	2.534
Rendimentos de Aplicações no País	4.718	3.260
(-) Tributos sobre as Receitas Financeiras	**(42.948)**	**(46.114)**
PASEP sobre Receitas Financeiras - EMGEPRON	(54)	(110)
COFNS sobre Receitas Financeiras - EMGEPRON	(334)	(408)
PASEP sobre Receitas Financeiras - NApAnt	(636)	(535)
COFINS sobre Receitas Financeiras - NApAnt	(3.891)	(3.561)
PASEP sobre Receitas Financeiras - PFCT	(5.194)	(5.795)
COFINS sobre Receitas Financeiras - PFCT	(31.963)	(35.662)
PASEP sobre Receitas Financeiras - NaPA-500T	(109)	(6)
COFINS sobre Receitas Financeiras - NaPA-500T	(689)	(37)
COFINS sobre Receitas Financeiras - USV Suppressor	(67)	-
PASEP sobre Receitas Financeiras - USV Suppressor	(11)	-
Despesas Financeiras	**(7.205)**	**(4.908)**
Variações Cambiais	(206)	(3.011)
Variações Monetárias	(6.903)	(1.577)
Despesas Bancárias	(56)	(138)
Multa	(35)	(170)
Juros	(5)	(12)
Total	**880.807**	**931.606**

A diminuição das Receitas Financeiras deve-se, principalmente, à redução nos rendimentos financeiros decorrente do menor montante de recursos aplicados em função da utilização dos mesmos nos projetos estratégicos, em particular o Programa Fragatas Classe Tamandaré (PFCT) 29.Conciliação do IRPJ e CSLL: No quadro a seguir é demonstrado a conciliação do IRPJ e CSLL:

	2023	2022
Apuração CSLL		
Base de cálculo da contribuição social		
Lucro contábil do exercício	**845.780**	**915.259**
Ajustes do lucro contábil		
(+) Adições	12.992	13.707
(-) Exclusões	(177.360)	(166.878)
Base antes da compensação	**681.412**	**762.088**
Compensação de prejuízos anteriores		
Lucro Real Ajustado	**681.412**	**762.088**
Contribuição social do exercício - 9%	**61.327**	**68.588**
Apuração IRPJ		
Base de cálculo da contribuição social		
Lucro contábil do exercício	**845.780**	**915.259**
Ajustes do lucro contábil		
(+) Adições	12.992	13.707
(-) Exclusões	(177.360)	(166.878)
Base antes da compensação	**681.412**	**762.088**
Compensação de prejuízos anteriores	-	-
Lucro Real Ajustado	681.412	762.088
Imposto de Renda - 15%	102.212	114.314
Imposto de renda adicional - 10%	68.117	76.185
Imposto de renda do exercício	**170.329**	**190.499**

Os valores acumulados apurados no exercício de 2023 referentes ao IRPJ e CSLL foram cerca de R$ 170.329 mil e R$ 61.327 mil, respectivamente. Os valores a recolher apurados foram quitados com: o aproveitamento de créditos tributários oriundos das retenções realizadas pelos clientes sobre o faturamento, de retenções sobre as aplicações financeiras, de saldo negativo apurado no exercício anterior e recolhimentos de tributos a SRF.30.Transações Partes Relacionadas: As transações com partes relacionadas no período foram:

Transações Partes Relacionadas	**2023**	**2022**
Ativos	**4.170**	**21.295**
Contas a Receber	**4.170**	**20.739**
Marinha do Brasil	3.824	5.312
Indústria de Material Bélico - IMBEL	-	24
Secretaria de Transportes do Rio de Janeiro	336	336
Petróleo Brasileiro - Petrobras	10	-
Exército Brasileiro	-	15.067
Adiantamentos Concedidos	**-**	**556**
Marinha do Brasil	-	556
Passivos	**35.295**	**25.167**
Gerenciamento de Recursos	**10.630**	**10.803**
Marinha do Brasil	10.630	10.803
Antecipações de Clientes	**24.665**	**14.364**
Marinha do Brasil	24.258	2.886
Indústria de Material Bélico - IMBEL	407	3.605
Petróleo Brasileiro - Petrobras	-	7.873
Resultado	**2023**	**2022**
Receita Operacional	**119.931**	**133.121**
Marinha do Brasil	105.786	96.360
Indústria de Material Bélico - IMBEL	11.019	9.418
ENBPAR	1.884	1.223
Petróleo Brasileiro - Petrobras	827	-
Universidade Federal Fluminense - UFF	415	311
Exército Brasilero - EB	-	25.809
(-) Deduções de Tributos	**(15.917)**	**(13.376)**
Marinha do Brasil	(13.241)	(11.158)
Indústria de Material Bélico - IMBEL	(2.230)	(2.000)
ENBPAR	(269)	(174)
Petróleo Brasileiro - Petrobras	(118)	-
Universidade Federal Fluminense - UFF	(59)	(44)
Receita Líquida	**104.014**	**119.745**
Marinha do Brasil	92.545	85.202
Indústria de Material Bélico - IMBEL	8.789	7.418
ENBPAR	1.615	1.049
Petróleo Brasileiro - Petrobras	709	-
Universidade Federal Fluminense - UFF	356	267
Exército Brasilero - EB	-	25.809
Custos	**(112.710)**	**(100.774)**
Marinha do Brasil	(106.898)	(82.837)
Indústria de Material Bélico - IMBEL	(3.936)	(4.389)
ENBPAR	(1.011)	(541)
Petróleo Brasileiro - Petrobras	(603)	-
Universidade Federal Fluminense - UFF	(262)	(217)
Exército Brasilero - EB	-	(12.790)
Lucro Bruto	**(8.696)**	**18.971**
Marinha do Brasil	(14.353)	2.365
Indústria de Material Bélico - IMBEL	4.853	3.029
ENBPAR	604	508
Petróleo Brasileiro - Petrobras	106	-
Universidade Federal Fluminense - UFF	94	50
Exército Brasilero - EB	-	13.019

Explicações sobre a variação do contas a receber e do gerenciamento de recursos MB encontram-se nas notas explicativas nºs 5 e 13, respectivamente. Com relação ao resultado com partes relacionadas, os fatores mais significativos foram os negócios não realizados com o EB e a frustração de receitas com a MB, em consonância com o previsto na nota explicativa nº 24. 31.Seguros: A empresa adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, de acordo com a natureza de sua atividade. A EMGEPRON dispõe das seguintes modalidades de seguros: a) Seguro predial: Cobertura básica contra danos materiais, sendo o valor do risco segurado de R$ 20 milhões; b) Seguro veicular: Cobertura contra roubo, danos, perda parcial do veículo, danos materiais a terceiros, danos corporais a terceiros, além de assistência e reboque 24h. O valor do risco segurado representa 100% da tabela Fundação Instituto de Pesquisa Econômicas (FIPE), referente aos 08 (oito) veículos da frota; c) Seguro de Vida para empregados: Cobertura por morte natural e invalidez permanente, do empregado, com Indenização no valor de R$ 61.925,24 e indenização especial por morte acidental, do titular, no mesmo valor; d) Seguro de Vida para estagiários: Cobertura contra morte acidental e invalidez por acidente, sendo o valor do risco segurado: R$ 18.577,77; Seguro de responsabilidade civil para os membros do Conselho de Administração e Diretores da Empresa (D&O – Directors and Officers Liabilty Insurance): Cobertura por responsabilidade civil, incluindo custos de defesa; Outros seguros-garantia são, eventualmente, contratados individualmente, à medida que a Empresa necessita e com base nos dispositivos legais (Código de Processo Civil e Lei de Execuções Fiscais). O escopo de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, o qual foi determinado pela Administração da empresa e que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros. 32.Ebitda - lucros antes de juros, tributos, depreciação e amortização: O EBITDA (*Earning Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*), ou LAJIDA como é chamada no Brasil, é uma medida não contábil calculada pela administração a partir da soma de lucro, impostos, resultado financeiro e depreciação/amortização. Essa medida serve como indicador do desempenho do *management* e é habitualmente acompanhada pelo mercado. É uma medida aproximada ao potencial de caixa do negócio. O EBIT (*Earning Before Interest and Taxes*) também chamado no Brasil de LAJIR, é o lucro antes dos juros e tributos (imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido). Ou seja, é uma medida de lucro mais ligada ao resultado de natureza operacional auferido pela sociedade, que não inclui resultado financeiro, dividendos ou juros sobre o capital próprio, resultado de equivalência patrimonial e outros resultados não operacionais. A conciliação do lucro líquido contábil, EBIT (LAJIR) e o EBITDA (LAJIDA), é a seguinte:

	2023	2022
EBIT E EBITIDA		
Lucro Líquido do Período	**614.124**	**656.172**
(+) Despesas com IRPJ	170.329	190.499
(+) Despesas com CSLL	61.327	68.588
(-) Resultado Financeiro Líquido	(880.806)	(931.606)
EBIT (LAJIR)	**(35.026)**	**(16.347)**
(+) Despesa com depreciação	6.080	2.762
EBITDA (LAJIDA)	**(28.946)**	**(13.585)**

33.Gerenciamento de risco financeiro: A empresa está exposta aos seguintes riscos: a.Risco Operacional: Risco operacional consiste na possibilidade de perdas resultantes do não recebimento das vendas realizadas pela Empresa em decorrência da incapacidade econômico-financeira dos clientes envolvidos. Este risco é mitigado em função de, na maioria dos contratos celebrados, o recebimento das vendas acontecer antecipadamente ou amparado por garantias financeiras. b. Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco de a empresa encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros. Um fator potencial para este risco está relacionado à liberação de recursos orçamentários do Governo para a Marinha do Brasil, cliente, o que pode acarretar atrasos nos recebimentos de recursos. Como alternativas de mitigação deste risco, a Empresa adota uma gestão ativa do seu fluxo de caixa e mantém uma reserva financeira confortável, disponível para suportar eventuais atrasos de recebimentos das vendas. c.Risco de mercado: Risco de mercado é o risco de alterações das taxas juros, câmbio, inflação etc., influenciadas pelo mercado, afetarem os ganhos e custos da Empresa. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Empresa centraliza seus investimentos financeiros em operações com Títulos Vinculados ao Mercado Aberto, representados por um Fundo de Investimentos Extramercado Comum e Exclusivo, cuja carteira é composta por títulos do Governo de curto e longo prazo, considerados aplicações conservadoras. Em relação aos custos dos insumos adquiridos, a exposição ao risco de mercado é baixa, uma vez que o principal componente se refere a custo de pessoal, fixado em moeda nacional e reajustados de acordo com o dissídio das categorias. 34.Conciliação do Resultado Contábil Líquido e o Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	**2023**	**2022**
Lucro do Exercício	614.124	656.172
Ajustado por:		
Depreciação e amortização	6.080	2.762
Provisão para Contingências	-	6.156
Perdas com Ativos	15.272	-
Baixa do Ativo Imobilizado	15	6
Variação Monetárias e Cambiais Ativas e Passaivas	10.448	3.261
Reversão de Provisão	(19.027)	5.327
Lucro do Período Ajustado	**626.912**	**673.684**
Variações nas Contas do Ativo		
Adiantamentos	(6)	5.254
Tributos a recuperar	(14.239)	(86.476)
Contas a receber	30.872	(6.973)
Estoques	(504)	3.007
Depósitos em garantia	2.922	(680)
Outros direitos circulante	(2)	(1)
Depósitos judiciais	9.838	(448)
Total das Variações nas Contas do Ativo	**28.881**	**(86.317)**
Variações nas Contas do Passivo		
Gerenciamento de recursos MB	(173)	2.330
Obrigações tributárias	(7.707)	16.324
Obrgações trabalhistas	666	1.578
Antecipações de clientes	12.847	838
Garantias recebidas	(589)	2.331
Contas a pagar	(714)	(5.059)
Total das Variações nas Contas do Passivo	**4.330**	**18.342**
Caixa Gerado nas Atividades Operacionais	**660.123**	**605.709**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar o fluxo de caixa da Empresa nos exercícios e que foram elaboradas pelo método indireto, conforme requerido pelo pronunciamento contábil CPC 03. 35.Demonstração do Valor Adicionado: Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza gerada pela Empresa e sua distribuição durante o exercício, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações individuais. 36.Remuneração e Benefícios: Os valores pagos a título de remuneração de empregados, diretores, conselheiros e membros do Comitê de Auditoria podem ser resumidos de seguinte forma: a. Conselheiros Fiscais, Conselheiros de Administração e membros do Comitê de Auditoria: Ao fim do quarto trimestre de 2023, a remuneração média mensal paga aos conselheiros e membros do comitê de auditoria era de R$ 2.894,42 (dois mil, oitocentos e noventa e quatro reais e quarenta e dois centavos). b. Diretores: Ao fim do quarto trimestre de 2023, a remuneração média mensal paga aos Diretores, incluindo o diretor presidente e excluindo o diretor administrativo-financeiro que não recebe remuneração por ser militar da ativa, era de R$ 26.717,70 (vinte e seis mil, setecentos e dezessete reais e setenta centavos). c. Empregados: Os valores das maiores e das menores remunerações brutas dos empregados, bem como a remuneração média mensal, incluídas as vantagens e os benefícios, foram:

(Em reais)

Remuneração	**2023**	**2022**
Maior Remuneração dos Empregados	38.187	34.984
Menor Remuneração dos Empregados	1.382	1.230
Remuneração Média dos Empregados	7.407	7.490

Os montantes informados consideram as despesas com salários, vantagens pessoais, comissões, gratificações, adicionais, horas extras e outras despesas vinculadas à remuneração, tais como indenização por acidente de trabalho e complemento salarial por piso de categoria profissional. Não estão incluídos os encargos sociais. Em outubro de 2023, a empresa assinou o acordo coletivo de trabalho com a comissão de empregados da EMGEPRON, em que ficou acordado o reajuste de 3,4%, com efeitos retroativos a agosto, cujas diferenças foram pagas juntamente com a folha do mês de novembro, enquanto que o Acordo Coletivo de Trabalho dos empregados representados pelo Sindicato dos Técnicos Industriais do Rio de Janeiro foi assinado em novembro de 2023, também com 3,4% de reajuste, com efeitos retroativos a agosto, cujas diferenças foram pagas juntamente com a folha do mês de dezembro. d. Benefícios oferecidos: O valor médio mensal dos benefícios oferecidos no quarto trimestre de 2023, considerando assistências médica e odontológica, auxílios alimentação e refeição, auxílio creche, auxílio transporte e seguro de vida foi de R$ 1.041 mil. Os valores mais representativos despendidos a título de auxílio-alimentação e refeição no trimestre devem se aos pagamentos retroativos de agosto, setembro e outubro no mês de novembro, conforme ACT 2023/2024, e à concessão de cesta alimentação e natalina no mês de dezembro, esta última prevista no acordo coletivo vigente.

(Em reais)

Benefícios Oferecidos no Trimestre	**Outubro**	**Novembro**	**Dezembro**
Assistência Médica e Odontológica (BAS - reembolso)	138.604	138.795	139.450
Auxílio-Alimentação e Refeição	395.408	619.607	890.512
Auxílio-Creche	58.800	61.500	62.500
Auxílio-Transporte	201.376	199.356	200.178
Outros benefícios (seguro de vida)	5.294	5.319	5.302
Total	**799.482**	**1.024.577**	**1.297.942**
Média no trimestre		**1.040.667**	

Até o final do quarto trimestre de 2023, a EMGEPRON contava com 746 (setecentos e quarenta e seis) empregados ativos em sua força de trabalho, excluindo os jovens aprendizes. A empresa não oferece benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo a seus empregados. Para seus Administradores, é previsto o pagamento de quarentena pelo período de 6 meses, conforme previsão no estatuto e na Lei nº 12.813/2013. 37.Aspectos Ambientais: A administração da empresa acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida na data base dessas demonstrações contábeis, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor, e não tem conhecimento de nenhum fato que possa requerer a constituição de provisão para perdas relacionadas a riscos ambientais.

Expedito Rezende Lemos
Contador
Chefe do Departamento de Contabilidade

Gustavo Pereira Pinto
Contra-Almirante (IM)
Diretor Administrativo-Financeiro

Diretoria Executiva: Edesio Teixeira Lima Junior - Diretor-Presidente; Flavio Macedo Brasil - Diretor Técnico-Comercial; Gustavo Pereira Pinto - Diretor Administrativo-Financeiro. Conselho de Administração: Arthur Fernando Bettega Corrêa - Presidente; Celso Mizutani Koga; Edesio Teixeira Lima Junior; Alexandre Chaves de Jesus; Oswaldo Gomes dos Reis Junior; Débora Raquel Cruz Ferreira; Sylvio da Motta Junior. Conselho Fiscal: Marcus Vinicius Lima de Souza - Presidente; Alexandrino Machado Neto; Gustavo Miguel Nogueira Fleury. Contador: Expedito Rezende Lemos - CRC-RJ 46.158-0.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Diretoria Executiva da Empresa Gerencial de Projetos Navais - EMGEPRON: Rio de Janeiro - RJ: Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa Gerencial de Projetos Navais – EMGEPRON ("EMGEPRON"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31/12/2023, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EMGEPRON, em 31/12/2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à EMGEPRON, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfases: Programa Fragatas Classe Tamandaré (PFCT), Navio Polar "Almirante Saldanha" e Navio Patrulha de 500 toneladas (500-BR): Conforme nota explicativa nº 1, a companhia possui projeto junto a SPE Águas Azuis, em execução, para construção e comissionamento de quatro Fragatas Classe Tamandaré (FCT); também gerencia o projeto de construção de um Navio Polar Almirante Saldanha (NPo); e foi aprovado investimento para construção do Navio Patrulha de 500 toneladas (NPa 500BR). Nossa conclusão sobre as informações contábeis não está ressalvada quanto a esse assunto. Guerra de Israel vs. Hamas, e Guerra da Ucrânia: Chamamos a atenção para nota explicativa nº 1, quanto a eclosão do conflito entre Israel e o Hamas, em meados de outubro de 2023, e que pode reverberar na economia global; principalmente, devido a possibilidade de envolvimento de outros países; podendo levar ao recuo do crescimento do PIB mundial. Como exposto na nota explicativa nº 1, a companhia também vem monitorando as repercussões e os desdobramentos da invasão da Ucrânia pela Rússia. Nossa conclusão sobre as informações contábeis não apresenta ressalva relacionada a este assunto. Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (RETID): Conforme disposto nas notas explicativas nºs 1 e 3.d.3, no exercício de 2019, a companhia, foi habilitada para operar no Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa (RETID), cuja vigência é até 22 de março de 2032, em consonância com o que dispõe a Lei nº 12.598/2012, Decretos nºs 7.970/2013 e 8.122/2013, Instrução Normativa RFB nº 1.454/2014, e alterações. Nossa conclusão sobre as informações contábeis não apresenta ressalva no tocante a este assunto. Reapresentação de Saldos Comparativos das Demonstrações Contábeis: Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 3.i., pois a companhia realizou reapresentações, de forma retrospectiva e espontânea, de saldos correspondentes a algumas de suas demonstrações contábeis e notas explicativas, findas em 31 de dezembro de 2022. Nossa conclusão sobre as informações contábeis não contém ressalva relacionada a este assunto. Resultado Operacional e EBITDA da Companhia: A companhia apresenta resultado operacional negativo (prejuízo contábil) e fluxo de caixa das atividades operacionais positivo (geração de caixa), conforme demonstrações de resultado e dos fluxos de caixa apresentadas, e exposto na nota explicativa nº 32 que trata do EBITDA. Nossa conclusão sobre as informações contábeis não está ressalvada em relação a este assunto. Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado: A demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31/12/2023, elaborada sob a responsabilidade da administração da companhia e apresentada como informação suplementar a IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações contábeis, com objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram

continua

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2024.04.05 06:51:31 -03'00'

EMGEPRON

EMPRESA GERENCIAL DE PROJETOS NAVAIS - EMGEPRON

CNPJ nº 27.816.487/0001-31

adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Revisão dos valores correspondentes ao exercício anterior: Os valores referentes ao balanço patrimonial findo em 31/12/2022, as demonstrações do resultado e do resultado abrangente, dos fluxos de caixa, das mutações do patrimônio líquido e do valor adicionado referentes ao exercício findo naquela data, que estão sendo apresentadas pela administração da EMGEPRON como informações suplementares e comparativas, foram por nós revisadas, com emissão do relatório dos auditores independentes em 08 de março de 2023, sem modificação na opinião, e com parágrafos de ênfases sobre: (i) Programa Fragatas Classe Tamandaré (PFCT), navio de apoio antártico (NApAnt) e navio patrulha de 500 toneladas (NPa 500-BR) e (ii) guerra da ucrânia. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações. A administração da EMGEPRON é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da EMGEPRON continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, exceto se a administração pretenda liquidar a EMGEPRON ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da EMGEPRON são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da EMGEPRON. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da EMGEPRON. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a EMGEPRON a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Maceió/AL, 01/03/2023.

C O N V I C T A - Auditores Independentes S/S - CRC/AL nº 196 I CVM nº 7.706 I CNAI-PJ nº 62 - **Carlos Henrique do Nascimento -** Contador - CRC/AL nº 3.376 I CNAI nº 594